UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ECONOMIA SOLIDÁRIA E REDES DE COOPERAÇÃO NO ESPAÇO RURAL NO MUNICÍPIO DE SALGADO/SE

DANIELA SANTOS FEITOZA

Orientador: Prof. Dr. José Eloízio da Costa

Cidade Unitária Prof. José Aloísio de Campos
São Cristóvão

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Feitoza, Daniela Santos
F311e Economia solidária e redes de cooperação no espaço rural no município de Salgado/SE / Daniela Santos Feitoza ; orientador José Eloízio da Costa. – São Cristóvão, SE, 2020.
117 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2020.

1. Geografia econômica. 2. Economia social. 3. Espaço em economia. 4. Agricultura familiar – Salgado (SE). 5. Cooperativas. 6. Empreendedorismo. I. Costa, José Eloízio da, orient. II. Título.

CDU 911.3:330.162(813.7)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Ata da Sessão de Defesa de Dissertação de Mestrado em Geografia de **Daniela Santos Feitoza**.

Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e vinte, com início às oito horas e trinta minutos, realizou-se por videoconferência, conforme PORTARIA Nº 247 de 20 de Março de 2020, no auditório do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO, localizado na didática II, 1º andar na Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, a sessão de defesa de dissertação de Mestrado em Geografia de **Daniela Santos Feitoza**, intitulada:" Economia Solidária e Redes de Cooperação no Espaço Rural do Município de Salgado/Sergipe". A defesa foi presidida pelo Professor Doutor José Eloizio da Costa, na qualidade de orientador, abriu a sessão pública e passou a palavra para a mestranda proceder à apresentação de sua dissertação. Logo após a apresentação, cada membro da Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores Luis Manuel Costa Moreno e Diana Mendonça de Carvalho arguiram a candidata, que teve igual período para sua defesa. Na sequência, o Professor Doutor José Eloizio da Costa, na condição de orientador, teceu comentários sobre a dissertação apresentada e destacou a trajetória para a sua construção. Encerrados os trabalhos, a banca decidiu **APROVAR** a candidata. Foram atendidas as exigências da Resolução nº 25/2014/CONEPE, que regula a apresentação e defesa de Dissertação de Mestrado.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 31 de Março de 2020

Prof. Dr. José Eloizio da Costa
Orientador e Presidente

Prof. Dr. Luis Manuel Costa Moreno
Examinador externo

Profa. Dra. Diana Mendonça de Carvalho
Examinadora externa

Daniela Santos Feitoza
Mestranda

PPGEO – Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFS - Campus Universitário – Didática II – 2º andarAv. Marechal Rondon, s/nº - Rosa Elze - 49100-000 – São Cristóvão/SE
Fax/fone (79) 3194-6782 / 3194-6830 – E-mail: / npgeo27@gmail.com

Daniela Santos Feitoza

Defesa de Mestrado em Geografia

ECONOMIA SOLIDÁRIA E REDES DE COOPERAÇÃO NO ESPAÇO RURAL NO MUNICÍPIO DE SALGADO/SE

Banca Examinadora:

Dr. José Eloízio da Costa
Orientador
Presidente da Banca
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Prof.Dr Diana Mendonça de Carvalho
Universidade Federal de Sergipe- UFS

Prof.Dr. Luís Manuel Costa
Moreno Universidade de Lisboa

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos São Cristóvão - SE
2020

Dedicatória:

Á todos os trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária que acreditam e constroem espaços de esperança, sobretudo o movimento social que semeiam os valores da solidariedade, coletividade e cooperação deturpados pelo individualismo do Capital.

Não é necessário conquistar a realidade. Para nós é suficiente convertê-la em um lugar novo” **(Primeira Declaração de la Realidade, *La Jornada* , 30 de junho de 1996).**

Agradecimentos

O Mestrado foi um processo gestado desde o ingresso a universidade pública (Federal de Sergipe), aonde tive oportunidade e acesso ao ensino, pesquisa e extensão tripé basilar que me deu suporte para produzir uma pesquisa com qualidade. Fazer o mestrado em Geografia, sobretudo na área especifica do espaço rural pressupõe um esforço em se debruçar para um entendimento de um meio heterogêneo carregado de memória histórica que cria e se recria subordinado aos moldes atuais. Dessa forma está em um curso de Pós-Graduação representa um avanço e um salto qualitativo para a ciência e sobremaneira as pesquisas nacionais. Neste sentido, ao longo desse processo que foi construído e produzido por mim, reitero a presença as contribuições de Pessoas e instituições que foram centrais na minha formação e que me deram subsidio para consolidar esse processo de forma brilhante.

Agradeço primeiramente a Deus que me dar força, coragem e esperança para continuar projetos e almejar vitórias.

Aos Atores Sociais, Trabalhadores e Trabalhadoras da Economia Solidária protagonistas nesta pesquisa, pelo comprometimento e disponibilidade, por contar suas experiências de forma muito atenciosa. Por me mostrar que outras relações econômicas são possíveis. Agradeço em especial às mulheres da Associação Comunitária do Povoado Tombo que acreditam e fazem economia solidária com coragem e bravura na esperança de dias melhores. A Suely e a Zenaide da COOPATSUL que acolheram nossa pesquisa e contribuíram de forma singular, nos revelando outra face das relações dos empreendimentos solidários.

Ao Fórum Estadual de Economia Solidária, por todo aprendizado e experiência acumulados desde 2014. Em especial a Edson Barreto, Companheiro de luta do movimento da Economia Solidária, a quem me apresentou a essa outra forma de se viver, Muito Obrigado pelos ensinamentos! Ainda agradeço a Andréia, mulher artesã militante da Ecosol, a D. Francisca pelos ensinamentos e demonstrações de solidariedade, Sr. Tiago, camponês, militante da Economia Solidária que acredita em novos horizontes possíveis

através da agroecologia. A Mônica da Rede Nordestina de Educação Popular e Economia Solidária da UFRPE, pelos cursos de formação, e momentos de rico aprendizado. E aos demais companheiros que compartilharam momentos de sabedoria popular.

Aos meus pais, minha Mãe Zélia e meu Pai Edmilson, exemplo de humildade, motivação e perseverança, pais amorosos e dedicados que frente ao trabalho árduo meu pai, homem forte, sábio, e conselheiro, pescador de alto mar e minha mãe, mulher forte, destemida e determinada que com uma tripla jornada de trabalho (marisqueira, dona de casa e Mãe), nunca deixou faltar absolutamente nada necessário a minha sobrevivência. Obrigado meus pais por me incentivar, por me proporcionar um espaço saudável e rico de conhecimentos através das suas histórias de vida, por me acompanhar em cada passo de avanço e recuo, me acolhendo em todos os momentos precisados, por me trilhar nos caminhos do conhecimento, com o pensamento feliz de transformar nossas vidas e nossa realidade. (Muito Obrigado Papai e Mãe, vocês são minha base sólida em quem posso verdadeiramente confiar, amo vocês).

Aos meus irmãos (Sheila, Eliza, Jéssica e Emerson), minhas inspirações, meus exemplos e meus melhores amigos, crescer com vocês tornou minha vida especial e cheia de significados. Obrigado por me ensinar sobre amor fraternal, sobre amizade, companheirismo e cumplicidade. Crescemos em um ambiente que construímos no dia-a-dia a nossa maneira, com liberdade para pensar, e ensinar, pois quando aprendíamos algo novo compartilhávamos uns com os outros, isso faz parte da marca da nossa relação de união. Obrigado Meninas e Eminho, Amo vocês, minhas referências.

A minha família em geral que me apoiam e vibram com as minhas conquistas, representados por minha Tia Ana, a quem amo muito, a meus tios, aos meus avós, pessoas humildes, amorosas, e acolhedoras. Muito obrigado!

A Hawber, Companheiro, amigo, conselheiro, que me acompanha desde 2012, que está presente desde os anos de graduação me ajudando incomparavelmente com tudo. Sou muito grata por está ao meu lado em todos os momentos, os felizes e os que me sentia sem esperanças, você me dar segurança, me dar liberdade para conquistar meus sonhos. Você se tornou uma

pessoa mais que especial, e importante, que faz parte de tudo que sou hoje. Obrigado por compartilhar sua bondade, generosidade, honestidade, e conhecimento comigo. As palavras se tornam modéstias para expressar minha gratidão, carinho, amizade e amor por você. Muito obrigado querido, eu te amo e te amo muito.

Ao meu Orientador, Professor José Eloízio da Costa, a quem nutro profundo respeito e gratidão, primeiro por me acolher em seu grupo de pesquisa GEPRU, concedendo assim a oportunidade de avançar nas pesquisas, e, sobretudo de ser privilegiada em ser sua orientanda. Conhecer o professor Eloízio para mim representou um recomeço na minha vida acadêmica. Foi como se abrisse um novo mundo de conhecimentos, e oportunidades que desconhecia. Com ele aprendi muito com sua brilhante e significativa experiência, exemplo de pessoa humilde, generosa e que apoia nossas empreitadas. Obrigado professor por me ensinar o real sentido da palavra resiliência, de não desanimar diante das dificuldades e de se trabalhar com o que tem! Concluo o mestrado com o coração cheio de gratidão pelas orientações, conselhos e por está ao meu lado, subsidio fundamental para conclusão do mestrado de forma saudável e qualitativa reafirmando nossa parceria de profissionalismo e amizade, de orientador e orientanda, meu muitíssimo obrigado!

Aos Colegas do Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural-GEPRU, pelo suporte e apoio, pelas discussões de livros e construção de conhecimento, pelos momentos de descontração, e de unidade. Representados por Adriana, Fabiana, Elis, Sandra, Givaldo, José Carlos, Ramon, Anna Maria, Fernanda, Júlio, Luciana, Patrícia e Luciano. Muito Obrigado.

Aos professores do Departamento de Geografia, que foram e continuam sendo de extrema importância no meu crescimento acadêmico, nos quais nutro verdadeira admiração. Representados pelos professores e professoras Genésio, Hélio Mário, Acássia, e Núbia. Meu muito obrigado!

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia- PPGEO, pelo suporte de base material, a coordenação que esteve ao longo do curso presente de forma competente. Ao corpo Docente que me auxiliou e me proporcionou base e

conhecimento através das disciplinas. (Em especial a professora Alexandrina Luz, referência no pensamento geográfico, a quem nutro um carinho especial de longa data, professora que inspira a reflexão e nos permitem pensar outras realidades. Meu muito Obrigado!).

Ao Projeto de Mobilidade Acadêmica- PROMOB, realizado no ano de 2018, no qual tive a oportunidade única de realizar um intercambio de um mês na Universidade Federal de Minas Gerais, ao qual foi uma experiência ímpar de grande proveito e imenso aprendizado, sobretudo vivenciando a geografia e aprofundando os temas da minha pesquisa. Agradeço em especial a professora Sônia Menezes, que naquele momento assumia a coordenação, e que mesmo com toda a responsabilidade do cargo, nos deu suporte e atenção de forma ágil e competente, agradeço também ao professor da UFMG, José de Deus, e as intercambistas Luciana (LuPri) e a Ludmila, pessoas especiais que encontramos nas trilhas da Geografia.

A Banca Examinadora o Professor Luís Moreno, por ter aceitado o compromisso da avaliação e por demostrar disponibilidade e interesse na pesquisa. O professor Dean Lee Hansen, por também ter aceitado o convite e firmar o compromisso da avaliação da pesquisa. Sinto-me honrada com vossas presenças em minha Banca de defesa.

As minhas Amigas Pessoais e de GEPRU, Adriana, mulher forte que me inspira, uma amiga que se tornou irmã, a quem confio e confidencio. Adri muito Obrigado pelos conselhos, por ser tão acolhedora e tão solicita Amo você! A Fabiana, Uma mulher incrível, especial e inteligente, compromissada e humana! Você me inspira Fabi. Obrigado por compartilhar conhecimentos, por ser minha parceira, por me escutar e me aconselhar nas minhas histórias e reclamações. Que nossa amizade se fortaleça ainda mais, de forma saudável e sem competição como realmente ela é. Muitíssimo Obrigado meninas amo vocês.

Aos meus Amigos e amigas da Geografia nos quais continuamos amizades e parcerias, representados por Jonas, Jonatas, meu Primo Lucas Feitosa, Paulo, Yarin, Acássia. Aos amigos pessoais que se tornaram importantes e que me apoiam, Bryan, Mateus, Cris, Marcos Jr, Jeferson, e Meire. Ao Grupo Geodinâmico, Marcos Vinicius, Heberty Ruan, Lucas Bispo, Davi, Eveline, Gilda, e Marcelo, pessoas as quais amo muito que estão do meu lado e que vibram

com minhas conquistas, amigos que a Geografia me deu. Amo vocês! Aos amigos que fiz no mestrado, Bruno, Ana Paula, Patrícia, Cícero, Murilo, Lucas, vocês são incríveis.

A Fundação de Apoio a Pesquisa e a Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe - FAPITEC, por acreditar, incentivar e apoiar pesquisas sergipanas via financiamento, proporcionando qualidade e suporte aos trabalhos. Meu muito obrigado por me permitir através dos recursos participar de eventos, publicar e realizar trabalhos de campo qualificados e adquirir materiais que subsidiaram minha pesquisa.

Á todos, meu muitíssimo obrigado, pelas diferentes contribuições!

Resumo

A Economia Solidária é uma forma e processo de organização coletiva que busca autonomia na produção e reprodução social do trabalho. Pautada nos princípios da Solidariedade, Cooperação, Autogestão, Comércio Justo, e Consumo Solidário, a Economia Solidária no Brasil associa-se a uma alternativa em meio às crises e contradições do capitalismo sendo esta, vislumbrada apenas e somente enquanto "ação antálgica" no período de realização do Capital. À medida que o avanço do grau de desenvolvimento e amadurecimento do modo de produção capitalista transcende, via fase *Ultra-Neoliberal* a Economia Solidária se estrutura e espacializa com o apoio do Estado através da institucionalização como política pública. Neste sentido, nossa preocupação se estabelece a partir da análise de estudo de caso com base no que seja a organização da Economia Solidária no Território de Planejamento Centro-Sul do estado de Sergipe. Ao passo que elencamos temas que permeiem essa coletividade econômica solidária, traçamos nossos objetivos fundamentados no estudo das Redes de Cooperação forjadas no espaço rural do município de Salgado/SE. Nosso intuito se apresenta como entendimento da função social e uma tentativa de contribuir para o conhecimento geográfico através da compreensão da Economia Solidária do ponto de vista do espaço social, através da análise dos limites, alcances e possibilidades destas redes solidárias na articulação e na relação produção- comércio- consumo enquanto mecanismo central na dinâmica do desenvolvimento local, buscando compreender o espaço das trocas inseridas nestas redes de cooperação no âmbito da Economia Solidária, na quais compõem esferas imprescindíveis de reprodução da atividade econômica dos sujeitos envolvidos nas práticas socioespaciais do trabalho. Nos objetivos específicos, procuramos entender a relação e a participação dos sujeitos/agentes inseridos nas redes de cooperação solidária através dos circuitos curtos de comercialização investigando como se formata e materializa a eficiência das redes enquanto acessório de integração e coesão comunitária no território. E ainda refletir as implicações das redes de cooperação na "promoção" do desenvolvimento local, verificando os rebatimentos desta politica publica no modo de vida dos agricultores familiares no espaço rural. A análise

deste estudo está ancorada pelo método Empírico-Analítico em face da dinamicidade e realidade do campo de pesquisa nesse sentido, buscou-se entender os arranjos institucionais das redes de cooperação avaliando as possibilidades que as relações sociais baseadas nos princípios da Economia Solidária têm de se reproduzir abrigada no espaço mediado pelo capitalismo. Nessa lógica, traçamos o perfil da Economia Solidária em Sergipe através da instrumentalização da política publica via processos e ações que ensaiaram uma espécie de experiência ainda que embrionária no estado. Sendo possível avaliar o grau de inserção no território Centro-Sul, sobretudo no espaço rural em que a organização da Agricultura Familiar afina-se nas redes de cooperação configuradas fundamentalmente por associações e cooperativas combinando solidariedade e ação coletiva como alternativa frente ao mercado excludente e competitivo do Capital, nessa perspectiva é preciso pensar horizontes para a Economia Solidária e seu potencial gerador de *espaços de esperanças*, que nega o modelo dominante empreendedor/individual sem o caráter territorial. Para tanto, é importante salientar que ao passo que a Economia Solidária se desenvolve carrega contradições pelo fato de coexistir com o modelo capitalista apresentando-se como par dialético no espaço.

Palavras-chave: Espaço, Economia Solidária, Redes de Cooperação, Agricultura Familiar, Empreendedorismo.

Resume

The Solidarity Economy is a form and process of collective organization that seeks autonomy in the production and social reproduction of work. Based on the principles of Solidarity, Cooperation, Self-Management, Fair Trade, and Solidarity Consumption, the Solidarity Economy in Brazil is associated with an alternative amid the crises and contradictions of capitalism, being this one, seen only and only as “antalgic action” in the period for the realization of Capital. As the advance of the degree of development and maturity of the capitalist mode of production transcends, via the Ultra-Neoliberal phase the Solidarity Economy is structured and spatialized with the support of the State through institutionalization as public policy. In this sense, our concern is established from the analysis of a case study based on what is the organization of Solidarity Economy in the Center-South Planning Territory of the state of Sergipe. While we list themes that permeate this solidary economic collectivity, we outline our objectives based on the study of Cooperation Networks forged in the rural space of the municipality of Salgado / SE. Our intention is presented as an understanding of the social function and an attempt to contribute to geographic knowledge through the understanding of the Solidarity Economy from the point of view of the social space, through the analysis of the limits, reach and possibilities of these solidary networks in the articulation and in the production relationship - trade-consumption as a central mechanism in the dynamics of local development, seeking to understand the space of exchanges inserted in these cooperation networks within the scope of the Solidarity Economy, in which compose essential spheres of reproduction of the economic activity of the subjects involved in the socio-spatial work practices. In the specific objectives, we seek to understand the relationship and participation of the subjects / agents inserted in the solidarity cooperation networks through short marketing circuits, investigating how the efficiency of the networks is shaped and materialized as an accessory of integration and community cohesion in the territory. It also reflects the implications of cooperation networks for the “promotion” of local development, verifying the discounts of this public policy on the way of life of family farmers in rural areas. An analysis of this study is

anchored by the analytical-scientific method in relation to the dynamics and reality of the research field in this sense, sought to understand the institutional arrangements of the cooperation networks available as variables that affect social policies will be displayed in the space mediated by capitalism. In this logic, it traces the profile of the Solidarity Economy in Sergipe, through the instrumentalization of public policy through processes and actions that rehearse a kind of experience even though embryonic in the state. It is possible to assess the degree of insertion in the Center-South territory, especially in the rural space in which the organization of Family Farming is in tune with the cooperation networks configured fundamentally by statistics and combined cooperatives of solidarity and collective action as an alternative close to the excluding market and competitive Capital, in this perspective it is necessary to think about horizons for Solidarity Economy and its potential to generate spaces of hope, which denies a dominant entrepreneur / individual model without a territorial character. Therefore, it is important to highlight that while the Solidarity Economy develops it carries contradictions due to the fact that it coexists with the capitalist model displayed as if it were dialectical in space.
Keywords: Space: Solidarity Economy, Cooperation Networks, Family Farming, Entrepreneurship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Produção Queijadinha e Pé de Moleque na Fábrica de doces, Salgado/SE 77

Figura02-Embalagens de produtos, que são comercializados pela Coopatsul. 79

Figura 03-. Sede da Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Sul de Sergipe- COOPATSUL/Salgado/SE, 2020 93

Figura 04-Representantes da Associação de Moradores do Povoado Moendas, 2015 95

Figura 05-Representante da Cooperativa de Agricultura Familiar e Economia Solidária do Municipio de Simão Dias, 2015 96

Figura 06- Representantes da Cooperativa de Agricultura Familiar e Economia Solidária do municipio de Simão Dias, construindo um mapa social da realidade local. 97

Figura 07: Pequena Feira agroecológica realizada pelos agricultores e mulheres doceiras do municipio de Salgado/SE 99

LISTA DE QUADROS

Quadro 01-Contextualizaçãoda renovação da Economia Solidária no Brasil (1980-
2015).....31

Quadro 02-Principios, bases e valores da Economia Solidária 32

Quadro 03-Sintetização dos debates e diretrizes, trocados na I CONAES, 2006 42

Quadro 04- Brasil: origem Social dos associados vinculados a Empreendimentos Econômicos Solidários, por região do país, 2013 47

Quadro 05: Eixos de ações previstos pelo Ministério do Trabalho (MTE) e Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) para desenvolver projetos de Economia
Solidária, 2011 63

Quadro 06: Perfil Socioeconômico das associadas da Fábrica de doces de Salgado/SE 76

Quadro 07:Ações do Programa Sergipano de Economia Solidária para os Territórios de Planejamento, 2013 89

Quadro 08: Processo de Incubação do Território no Centro-Sul de Sergipe, 2015 94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01-EE`S por atividade econômica 35

Gráfico 02-Distribuição do EE´S por Região 44

Gráfico 03-Distribuição dos EE´S por forma de organização, 2013 48.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Evolução dos Contratos do Programa de Fortalecimento de Agricultura Familiar (Pronaf- 2008- 2015). 41

Tabela 02-Distribuição regional dos EE´S no Nordeste, por forma de organização 46

Tabela 03- Beneficiários das ações integradas do governo de Sergipe para o desenvolvimento de projetos de Economia Solidária no ano 2014 (Valores em números inteiros). 65

Listas de Mapas

Mapa 01: Instrumentos Institucionais estaduais de Economia Solidária 66

Mapa 02- Localização do Municipio de Salgado/SE 84

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 01- Lógica de Funcionamento dos componentes do Fórum Brasieleiro de Economia Solidária 39

Organograma 02- Etapas do processo de Incubação de Empreendimentos Solidários. 87

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 19

CAPÍTULO I - PROCESSO HISTÓRICO: TEMPO E ESPAÇO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA 24

1. Para Entender a Economia Solidária 25

1.2 Restruturação Produtiva, Economia Solidária e a Estratégica- O movimento da Economia Solidária no Brasil 30

2. Funcionamento dos Empreendimentos de Economia Solidária na Região Nordeste. 43

CAPÍTULO II – GEOGRAFIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, TERRITÓRIO E REDES 50

1. Espaço de Contradições: Relações Solidárias sob a Égide do Capital. 51
2. Instrumentos de institucionalização, Controle e Função Social. 58

2.1 Estruturação da Economia Solidária no Estado de Sergipe. 61

CAPÍTULO III – CAMINHOS METODOLÓGICOS: INCUBAÇÃO E AS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS SOLIDÁRIASDO CENTRO-SUL DE SERGIPE 69

1. Método de Investigação Geográfica 70
2. Fabriqueta de doces: Uma proposta nas Relações de Trabalho Solidárias. 74
3. Território de Planejamento de Sergipe: A Economia Solidária no Centro-Sul. 83

3.1 Incubação dos Empreendimentos Econômicos Solidários do Centro-Sul Sergipano. 92

4-**Considerações Finais** 118

5-**Referências Bibliográficas** 123

6- **Apêndices** 130

Introdução

A importância de se estudar a Economia Solidária[1] em Sergipe se deve fundamentalmente a atualizar o debate e as estratégias institucionais do Estado. Portanto para entender esse processo foi preciso buscar elementos na historia a fim de compreender o que seria essa chamada economia solidária, sua conformação e seu papel na contraditória sociedade capitalista. Desta forma é fundamental esclarecer que a análise aqui abordada será a partir do movimento iniciado na Europa do século XVIII e sua reinvenção no século XX atrelado a outro contexto de crise do trabalho instaurado nas décadas de 70, 80, e 90, também forjado como reestruturação produtiva, e é nessa perspectiva que voltamos o olhar para nossa realidade de estudo o cenário brasileiro.

No Brasil a economia solidária tem suas raízes históricas anteriores ao recente processo que teve início do século XXI. Essas raízes estão ligadas as lutas dos trabalhadores e dos processos de organização relacionados as formas de produzir e de viver . A crise do emprego, a exclusão social e a articulação das experiências de projetos alternativos ligados a Caritas[2], as lutas pela reforma agrária, e da cidade na medida em que eram motores ao movimento que se enquadrava naquele momento.

O contexto de crise dos anos 80 se aprofundaria na década de 90 do século passado, com a hegemonia do Neoliberalismo, pautado no aumento da taxa de desemprego em que eram significativos, fazendo com que os movimentos começassem a se articular. Com o apoio da ATEAG (Associação das Empresas autogestionárias), eles lançariam a proposta das práticas do cooperativismo popular considerado como primitivo, sendo uma espécie de ressignificação do cooperativismo clássico que perderia o caráter de se contrapor e questionar o sistema ao constituir um modelo alternativo. As

---

1 Economia Solidária de acordo com o FBES é o conjunto de atividades econômicas – produção de bens e de serviços, distribuição, consumo e finanças – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras na forma coletiva e autogestionária. É um novo modelo de trabalho e ganhos, onde a cooperação e não a competição é a ferramenta, que tem a evolução social como fundamento. As iniciativas compreendem cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes e cadeias produtivas, complexos cooperativos e centrais de comercialização e outras formas de organização do trabalho.

2 Caritas é uma organização não governamental da Igreja Católica e organismo da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Seu princípio é contribuir para um mundo mais digno e mais justo, principalmente para as pessoas excluídas da sociedade. No início a Caritas partiu para uma prática assistencialista, ajudando a camada mais pobre da população.

primeiras experiências não eram denominadas de Economia Solidária, eram práticas vivenciadas em comunidades que geravam emprego e renda autonomamente.

Outros movimentos e instituições também foram protagonistas no reconhecimento da prática de Economia Solidária, a exemplo da CUT (Central Única dos Trabalhadores), e de sindicatos. As primeiras experimentações da economia solidária enquadrada como politica pública foi em âmbitos locais através das prefeituras municipais das cidades de Porto Alegre, Recife São Paulo. A partir dos anos 2000 ocorreria o momento de ampliação da Economia Solidária, através da articulação dos diversos atores sociais. Já em 2001 com a realização do Fórum Social Mundial na cidade de Porto Alegre/RS iniciaria uma série de edições que permitiu que esses atores se encontrassem regularmente, criando até mesmo no GT brasileiro (Grupo de Trabalho) de economia solidária.

Diante disto, entendemos que espaço da Economia Solidária não significa uma descrição locacional de suas ações e de suas atividades. Se o espaço geográfico, é a materialidade do processo e das relações trabalho, como concebemos na Geografia, podemos analisar, interpretar e explicar as relações de trabalho que vem se estabelecendo em paralelo no Brasil e outras partes do mundo. Essa constatação, entretanto, depende da averiguação da realidade e das virtualidades através de métodos de investigação no estudo geográfico dentro do recorte espacial.

O estudo espacial da Economia Solidária pode partir de um estudo de caso de uma realidade local como proposta de análise conjuntural no âmbito do espaço mundial, a fim de entender a totalidade. Nesse sentido as categorias geográficas se prestam a delimitar a análise de determinada realidade, E podemos também salientar que o debate acerca da Economia Solidária direciona a um caráter alternativo das novas experiências populares de autogestão e cooperação econômica, as mudanças que essas experiências introduziram nas relações de produção capitalistas, representando a emergência de um novo modo de organização do trabalho e do desenvolvimento de atividades econômicas.

Este debate mostra que estamos diante da germinação de uma nova forma social de produção, cuja tendência é abrigar-se, contraditoriamente, sob o modo

de produção capitalista. Assim, é importante reconhecer a realidade que nos cerca e compreender o processo histórico que as produzem, pois essa é uma tentativa de organizar o pensamento sobre a temática da Economia Solidária, que ainda está por se estabelecer teórica e metodologicamente nas ciências humanas.

Neste sentido, este trabalho apresenta uma proposta de contribuição para o entendimento da Economia Solidária do ponto de vista do espaço social através das redes de cooperação solidárias mediante a organização e produção do espaço rural. Nesta análise, o subsídio teórico e metodológico está na concepção empírico-analítico na compreensão das relações sociais de produção estabelecidas no local pelos agricultores familiares.

Diante da complexidade e da dinâmica organizacional da rede de cooperativas no Sul do estado de Sergipe, o circuito cooperativista é apresentado como meio de desenvolvimento local, em especial no município de Salgado/SE, um campo comum de significação com diversas práticas de Economia Solidária.

A pesquisa em tela contém quatro capítulos, nos quais elencamos temáticas fundamentais para a compreensão da dinâmica da Economia Solidária enquanto Política Publica e sua possibilidade geradora de um novo espaço de sociabilidade. No capitulo I, intitulado como*:* ***Processo Histórico: Tempo e Espaço da Economia Solidária***, dedica-se na busca de traçar a herança e memória histórica da Economia Solidária e sua relação com o socialismo utópico. Nesse viés estabelecemos uma relação tempo-espaço de fenômenos históricos desde a I Revolução Industrial até meados do século XX, especificamente a década de 1970, eventos que serviram de mote na história da Economia Solidária e sua relação com o movimento classista. Em tempo, atentamos também para o estabelecimento não apenas a questão conceitual da Economia Solidária, mas a preocupação de se entender esse processo socioespacial em nossos tempos.

No Capitulo II, denominado: ***Geografia da Economia Solidária, Território E Redes*** estabelecemos a discussão da Economia Solidária no campo da Geografia, uma tentativa de compreender essa dinâmica a partir da produção do espaço social. Nesse sentido, buscamos ainda entender o conceito de Redes

enquanto acessório do Território, dessa forma embasamos esses pressupostos com base em autores clássicos da Geografia, numa leitura que vai desde o desenvolvimento territorial ao local, permitindo um avanço na literatura em que se articula intrinsicamente a Geografia com a Economia Solidária. desse lado, neste capitulo o nosso esforço foi entender que essa relação também perpassa pelas categorias Espaço, Território, Região e Lugar, aqui analisado como local. Assim, foi possível ter melhor entendimento das relações em que são estabelecidas no espaço rural a partir das territorialidades dos atores sociais da Economia Solidária.

No Capitulo III, nomeado como: ***Caminhos Metodológicos: Incubação e as organizações econômicas solidárias do Centro-Sul de Sergipe*** consideramos o capítulo empírico da análise, onde estabelecemos os objetivos, a problemática, e o tema da pesquisa. Buscamos a partir dos procedimentos metodológicos, investigar a estruturação da Politica Publica da Economia Solidária em Sergipe através do Planejamento do Estado via Programa Sergipano. Nesse processo, elencamos estágios de desenvolvimento da Economia Solidária, sobretudo no Centro-Sul, especificamente no espaço rural do município de Salgado, permeando os caminhos da Incubação nos Empreendimentos (Cooperativas e Associação) e seu efeito no espaço rural. Dessa forma, nosso universo de pesquisa girou em torno da analise da Associação de Moradores do Povoado Tombo/Salgado, através da unidade "fabriqueta de doces", protagonizadas pelas mulheres e da Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Território Sul Sergipano – COOPATSUL.

No capitulo IV, intitulado como: ***Economia Solidária Para Além das Fendas do Capital: Limites e Avanços***, dedicamos a traçar um imaginário teórico do que seja a relação da Economia Solidária via Política Publica e a possibilidade de produzir um espaço social antagônico com os princípios do capitalismo. Esse capitulo reflete nossa preocupação diante do estagio de desenvolvimento *UltraNeoliberal* imposto para América Latina, e a transformação da Economia Solidária em um nicho de mercado atrelado ao conceito do Empreendedorismo. Nessa lógica, tomamos como parâmetro o conceito Schumpteriano do "ser empreendedor" e comparamos com o perfil dos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária. Dessa forma, chegamos a uma tese de incompatibilidade destas pares que são dialéticos. Posto que

nossa alerta de não se confundir a Economia Solidária com uma iniciativa Empreendedora Neoliberal se sustenta na história da luta dos trabalhadores que ao logo do tempo transformaram seu espaço de vida em luta permanente aos imperativos dos Capital e que no contexto da Pós-Modernidade se tenta confundir esse movimento para se estabelecer mais uma apropriação do trabalho e sua exploração.

Por fim, nas Considerações Finais realizamos uma análise de tudo que construímos na pesquisa, salientando principalmente a Economia Solidaria que opera através da política publica e aquela que continua se resinificando através das relações de cooperação solidárias, tendo em vista os percalços e os entraves vistos ao longo da análise. Assim, acreditamos que o tema da Economia Solidária não se encerra com a pesquisa, quando elencamos questões pertinentes e inerentes a sua reprodução, ao passo que se abre oportunidades que demandam novas pesquisas sobretudo no estado de Sergipe que coexiste com o déficit teórico na literatura da Economia Solidária, valendo lembrar que nosso esforço foi construir um ponto de partida para novas pesquisas em Economia Solidária e sua relação com a Geografia.

CAPITULO I

PROCESSO HISTÓRICO: TEMPO E ESPAÇO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

1. Para entender a Economia solidária

O ritmo do progresso instaurado pela I Revolução Industrial na Europa do século XVIII levou a transformações no modo de produção, e nas relações sociais daquela época. Apesar do primitivo desenvolvimento, era intensa a necessidade de força de trabalho humana. Essa fase inicialmente situada na Inglaterra foi considerada como a mais catastrófica na desarticulação social, em que o mecanismo de cujo intermédio era o de destruir o antigo tecido social, para uma investida sem sucesso de uma nova integração homem-natureza. (Polanyi, 2000).

A transformação da terra em mercadoria era evidenciada pela necessidade de expropriar os camponeses e modificar a estrutura de posse da terra, os movimentos dos ricos contra os pobres, acentuando-se pela violência e pressão. A intimidação coercitiva dos cercamentos representava uma catástrofe uniforme[3] e pano de fundo para acumulação primitiva do capital.

Com a expulsão dos camponeses, a cidade se tornava atrativa para a venda da força de trabalho nas nascentes fábricas, sendo este o principal ambiente encontrado nas primeiras cidades industriais, marcado por um cenário caótico, superlotação, falta de saneamento básico, moradias subnormais e, inadequadas para suportar um aglomerado de pessoas que eram obrigadas a saírem do campo frequentemente em função dos cercamentos impositivos. (Singer, 2002). Ao chegarem à cidade formavam contingente de pobres e miseráveis, sendo vistos como exército industrial de reserva, trabalho barato e possibilidade de apropriação do mais-valor pleno.

O caótico cotidiano de longas jornadas de trabalho e intensa exploração de homens, mulheres e crianças revoltavam a massa proletária, gerando conflitos (*Ludismo*), e reivindicações por melhores condições de trabalho. É nessa efervescência do "Moinho Satânico[4]" que a organização econômica que atualmente conhecemos como Economia Solidária teve sua herança e memória histórica derivada do pensamento conhecido como *Socialismo Utópico*. Naquele momento geraria um movimento comunitário frente as contradições do capitalismo. Através de um dos precursores do Socialismo Utópico, o industrial

3 Catástrofe Uniforme ;Tawney, R. H., The Agrarian Problem in the 16th Century, 1912.

4 Moinho Satânico; Termo utilizado para definir a o cenário da I Revolução Industrial na Inglaterra, no qual K. Polanyi comparava os indivíduos a "átomos dispensáveis", uma engrenagem que era de fato "uma máquina... para qual o homem estava condenado a servir". The Great Transformation, 1944.

Robert Owen que tinha como objetivo de implementar sua tese e em 1825 Owen constrói a primeira Aldeia cooperativa no estado de Indiana, e ele acreditava que essas aldeias eram modelos de sociedades futuristas (Singer, 2002).

Os seguidores do pensamento de Owen começaram a colocar em prática suas propostas, criando as chamadas sociedades cooperativas "esse movimento coincide com o surto do sindicalismo desencadeado pela revogação dos Combinations Acts." (Singer, 2002, p.27), que era uma legislação que proibia as formas de organização dos trabalhadores e neste período muitos sindicatos desapareceriam e outros continuariam através na clandestinidade.

> Todos os movimentos sociais, todos os progressos reais, que surgiram na Inglaterra, estão ligados ao nome de Owen (...). Ele presidiu o primeiro congresso em que Trade Unions (Sindicatos), de toda Inglaterra se uniram numa única central sindical (ENGELS, 1894, p. 324-325).

Nesse sentido, os retornos dos sindicatos coincidiram com o surgimento das chamadas cooperativas owenistas. Os trabalhadores insatisfeitos com o predatório modo de produção começariam a se organizar comunitariamente, sendo a primeira experiência construída por 28 operários sendo 27 homens e uma mulher em 1844. O grupo era composto por tecelões localizado no bairro de Rochdale-Manchester, na Inglaterra, sendo essa organização reconhecida como a primeira cooperativa moderna, denominada de a "**Sociedade dos Probos de Rochdale**" (*Rochdale Quitable Pioneers Society Limited).*

A partir dessas experiências, foram surgindo outras cooperativas e comunidades denominadas de aldeias cooperativas que eram originalmente formadas pela cooperação dos operários, uma espécie primitiva de cooperativa integral (Singer, 2002). Essas cooperativas por estarem ligadas aos sindicatos ofereciam uma proposta inovadora representando um salto de qualidade na luta dos trabalhadores, pois ao invés de reivindicar problemas pontuais do trabalho como as jornadas e melhores condições salariais, os trabalhadores cooperados viam a greve como ação de inserir a autogestão como pauta na eliminação do assalariamento representando uma novidade no pano de fundo da relação Capital/Trabalho.

À medida que a aliança das cooperativas E dos sindicatos crescia e fortalecia, as reivindicações dos trabalhadores eram atendidas, a luta desses

dois movimentos foram substanciais para as conquistas de direitos e condições melhores do trabalho assalariado. Esses avanços foram mais expressivos na metade só século passado, e foram notados nos países desenvolvidos pela qualidade histórica da luta dos trabalhadores, mas também os direitos foram universalizados até mesmo nos países que estavam se industrializando nas décadas de 1950 e 60, como foi o caso de países da América Latina, a exemplo do México e Brasil

Durante essas décadas que fizeram parte do final do ciclo denominado de "anos dourados" do capitalismo - *Walfare State* (Estado de Bem-estar Social) - , que representava a calmaria e estabilidade na economia e nas relações sociais, pós reconstrução do mundo ocidental atrocidado pela Segunda Guerra Mundial e pela grande depressão de 1929, era a fase de oxigenação do Capital (Costa, 2010).

Esse estado representava uma pausa nos modelos gerenciais fordistas que estavam em decadência e um avanço no amadurecimento do sistema, para inaugurar o ajuste na circulação das mercadorias o *Just in Time*, que representaria a flexibilização do trabalho, controle de qualidade, e era antes de tudo a Reestruturação Produtiva, a novidade forjada junto ao retorno das ideias liberais, tendo o Neoliberalismo se conformando como uma nova fase do capitalismo maduro.

> O fenômeno da acumulação flexível implicou a reestruturação organizacional das empresas a partir de profundas inovações tecnológicas decorrentes da chamada “revolução informacional”, com a eliminação de barreiras geográficas à produção, a formação de empresas em rede, a terceirização de atividades, a desregulamentação de mercados, a flexibilização das relações de trabalho com a eliminação de direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, a partir da segunda metade do século XX (Lima, 2004, p.48).

Dessa forma, a partir da crise do capitalismo nos anos 1970, as lutas sociais foram tomadas por perspectivas de sucesso nas conquistas sociais, com esse horizonte otimista, o cenário de mudanças laterais se tornara cada vez mais cômodo e alcançável frente as transformações estruturais/radicais, desta vez limitando a realidade de mudança social a uma ordem já estabelecida. De acordo com Wellen, 2012 “O Estado Neoliberal atuaria em duas frentes: *material,* precarizando, desempregando e empobrecendo a classe trabalhadora; e

ideológica disseminando formas “alternativas” de pensamento que induzissem a apatia política” (p.45).

Nesse momento, quando os direitos trabalhistas atingiram a seguridade e a proteção legislativa boa parte do sindicalismo perderia a essência da luta contra os patrões, e muitos se tornariam “acordistas” /negociadores de direitos, se tornando um mero agente de negociação na disputa capital/ trabalho, perdendo assim, o pano de fundo da luta que agora se tornaria aparelhado pelo Estado e pela burocracia. Quando “esta ideologia buscou proclamar o triunfo final e definitivo do capitalismo” ocultando, pois, a transitoriedade A qual esse modo de produção está condenado (Boron, 2003, p.185).

Neste viés com a debilidade e o enfraquecimento da crítica a alienação que o assalariamento impunha ao trabalhador os debates acerca da luta de classe e de alternativas e formas de se reproduzir para além do sistema capitalista foram tomando fôlego entre a classe trabalhadora e os pensadores que a teorizavam. (Singer, 2002). Depois de Marx, as pessoas inconformadas com a selvageria do capitalismo ainda em seu berço que era a Europa ocidental, chegaram finalmente a argumentar se o capitalismo poderia ser reformado, ou até humanizado e assim evoluir para uma sociedade moralmente superior.

O pensamento que nasce dessa hipótese é conhecido como Social-Democracia, que originalmente surgiria na segunda metade do século XIX, e rejeitava o capitalismo em termos muitos claros. Esse pensamento quis aprofundar por pressão popular uma maior participação das massas na democracia em que nos momentos de crise alinha seus programas políticos aos interesses da burguesia, sendo "a luta contra o capitalismo pautadas na busca de uma sociedade "mais justa" ou "menos injusta", como foi o caso de um dos representantes da social democracia clássica, Eduard Bernstein" (Wellen, 2012, p. 15-16).

Esse pensamento conquistou o imaginário dos novos projetos sociais No caso do Brasil esses ideais configurariam suporte ideológico através de uma tendência crescente de maior atuação e intervenção social na realidade por parte da pratica principalmente dos partidos políticos com inclinação social-democrata. Dessa forma, essa ideologia chegava também ao chão da fábrica, numa tentativa mistificadora de democratização gerencial das empresas capitalistas com os

trabalhadores. Sendo “a gestão participativa e a repartição dos lucros com os trabalhadores entre trabalho e capital. Estaria esboçando-se a *sociedade pós-capitalista*. (Wellen, 2012, p.47).

Nesse viés, a forma moderna de coesão social apresentava riscos nas relações de interdependência, e o quadro social se intensificaria por baixos níveis de crescimento no mercado. As alternativas para a saída da crise emergiriam através do chamado *Estado-providência* e a reforma gerencial: “Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998),” foi disseminado a tese da existência de uma grande crise no Estado brasileiro que impossibilitaria de permanecer com a manutenção de altos índices de “gastos sociais”, sendo preciso uma reestruturação no seu arcabouço e funcionamento” (Wellen, 2012. P 34.). O que colocaria em questão o papel do Estado em realizar de forma plena suas funções sociais. Nesse quesito, representava um frágil equilíbrio entre a promoção do individuo e o pertencimento a coletivos protetores, E de fato a crise do Estado protetor apresentava riscos a perda da coesão social, em que :

> Essa diluição dos enquadramentos coletivos dos pontos de identificação que valem para todos não está limitada ás situações de trabalho (...) Uma espécie de desistitucionalização, entendida como uma des-ligação em relação aos quadros objetivos que estruturam a existência dos sujeitos, atravessa o conjunto da vida social. (CASTEL, 1998, p.601-602).

Neste sentido, é entendido a emergência de um individualismo por falta de referencias, a crise de valores reforçaria a crise econômica nos fins da década de 60 e inicio da década de 70, os movimentos deste período tornariam as relações globais impessoais, que transpassariam as práticas locais, levando um vazio e um receio das transformações trazidas pela globalização. “A crise do Estado impôs a necessidade de reconstruí-lo; a globalização tornando-se imperativo redefinir funções” (Pereira, 1996, p.1). Desta forma, a novidade estratégica surgia da centralidade alcançada pelo setor terciário, pela sociedade dos serviços, na nova estruturação da economia.

1.2 Restruturação produtiva, Economia Solidária e a Virada Estratégica.

- **O movimento da Economia Solidária no Brasil**

O processo de reestruturação produtiva, resultante da crise do modelo de regulação fordista, afetou fortemente a configuração do mercado de trabalho no país. Como alternativa ao modelo fordista de organização industrial, que não contemplava mais as necessidades globais de acumulação, ganhou maior evidência o paradigma da “acumulação flexível”, que logo se expandiu nas escolas modernas de administração e engenharia em todo o planeta.

Nesse contexto, a economia solidaria ganha destaque a partir da década de 80 quando o processo de acumulação capitalista se tratando do brasil apresentou uma crise dramática e se traduziu em alto índices de desemprego, precarização do trabalho, e informalidade. Nesse contexto, os trabalhadores desempregados, populações empobrecidas passaram a organizar estratégias tendo caráter coletivo, organizando em grupos, cooperativas, e associações para desenvolver atividades econômicas de produzir e comercializar. (Schiochet, 2011). Em que,

> Ressurgiu na década de 1980 como uma reposta dos/as trabalhadores/as e comunidades pobres mobilizadas socialmente frente a crise provocada pela estagnação econômica a qual foram submetida as sociedades periféricas no contexto das contradições da acumulação capitalista. No entanto a Economia Solidária ganha visibilidade na década seguinte quando se incorpora de forma mais visível as potencialidades transformadoras expressas nas lutas populares. Assim, de uma resposta dos trabalhadores/as e comunidades empobrecidas a crise passa a ser reconhecida em seu caráter emancipatório.” (SCHIOCHET, 2011, p. 443-444).

Isso apontou para uma nova forma de organização dos trabalhadores desempregados naquele momento, e se estendeu para outras iniciativas que iam do urbano ao rural como nos casos dos assentados de reforma agrária e catadores de material reciclável. São esses exemplos históricos que vão dar o caráter da economia solidária como forma de organização econômica social, em que as pessoas produzem a sua condição de vida.

A Economia Solidária é um movimento resultante da luta de classes construído pelos trabalhadores em tempos de crise, em que se processa pela refuncionalização através da política publica. Entretanto, ela não se apresenta unicamente a essa forma, pois seu surgimento está aliado a uma alternativa de democratização econômica frente ao modelo de produção capitalista que inviabiliza a reprodução da vida com dignidade.

È valido destacar que “a reinvenção da Economia Solidária é tão recente que

se torna arriscado projetar a sua tendência de crescimento acelerado no futuro" (Singer, 2002, p.113). Essa perspectiva era observada como um movimento substancial de pequenos grupos que buscavam alternativas de sobrevivência fora do mercado capitalista. O cooperativismo de fato só foi introduzido, juridicamente, no ordenamento brasileiro na década de 1970, através da VIGÊNCIA Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, implementada pelo Estatuto da Terra (Lei 4.504/64). Sob a tutela do Estado Militar, o objetivo estava voltado para investimentos no setor agropecuário e agroindustrial.

Nesse momento, havia um movimento de grande preocupação com os trabalhadores, em especial do campo, e os grupos de baixa renda. Isso fez com que entidades religiosas, militantes sociais, políticos ligados à causa, trabalhadores da educação, etc., se articulassem com o intuito de fornecer maior destaque para o debate da Economia Solidária, enquanto possibilidade e estratégia de desenvolvimento social/local.

QUADRO 01: Contextualização da renovação da Economia Solidária no Brasil (1980- 2015).

Fonte: SILVA, 2015
Organização: FEITOZA, 2019

Na década de 80 no contexto da crise, resultaram lutas políticas democráticas, e nessas lutas foram constituídas instituições e o estado democrático para absorver as demandas da sociedade incorporada na agenda do Estado. O debate das políticas públicas surgiria a partir do interesse que as comunidades frente às dificuldades, passaram entender que o Estado poderia se tornar um agente apoiador dos atores e sujeitos que naquele momento construíam a Economia Solidária.

Nesse momento, foi delineado um conjunto de princípios, bases e valores, que tornaram a Economia Solidária uma alternativa para o desenvolvimento social, sobretudo por possibilitar a união das pessoas em torno de um propósito comum, a partir do principio da autonomia coletiva, por

conseguinte permite a integração destas à vida econômica do presente. Contudo,

> “La Economía Social no puede ser para los pobres, sino que debe ser uma propuesta para todos los ciudadanos que además se asegura de lograr la inclusión de los pobres, de los excluidos. No se trata de hacer que “aguanten” hasta que se reactive la economía y el empleo, porque no se van a reactivar AL punto de reintegrar a los hoy excluidos, al menos no en varias décadas y, mientras tanto, las pérdidas de vidas humanas biológicas sociales e intelectuales serán irrecuperables” (CORRAGIO, 2002, p.4.)

A partir do exposto, nota-se que a Economia Solidária se constitui uma forma de organização social, econômica e política, a qual com os seus princípios, bases e valores contrapõem-se aos ditames impostos pelo sistema capitalista, o qual se caracteriza dentre outros aspectos, pela superexploração da força de trabalho, estimulo à competitividade e ao consumo desenfreado. Conforme é demonstrado no Quadro 2 a seguir

Quadro 02: **Princípios, bases e valores da Econômica Solidária.**

PRINCIPIOS	BASES	VALORES
Autogestão **Democracia** **Cooperação** **Processos Horizontais** **Valorização da diversidade** **Emancipação** **Valorização do saber local** **Valorização da aprendizagem** **Justiça social na produção** **Mercado Justo** **Cuidado com o meio ambiente**	Adesão livre e voluntária Gestão democrática e participativa Participação econômica dos sócios Autonomia e independência (principio da gestão Social) Educação, capacitação e informação. Intercooperação Compromisso com a comunidade Trabalha com as sobras (não com lucros)	Ajuda mútua Responsabilidade mútua Democracia Igualdade Equidade e Solidariedade Honestidade Transparência Responsabilidade Social.

Fonte: Organização com base nas leituras de SINGER (2002,2011), CORAGGIO (2002) E SENAES. (2006, 2007). FEITOZA, 2020.

Apesar de não fetichizada como uma espécie de economia dos pobres, a mesma se constitui numa possibilidade de geração de renda e como meio que proporciona melhores condições de vida para os sujeitos e grupos sociais que

historicamente foram vitimados pela desigualdade social, marginalização econômica e ditames do modelo de sociedade atual. (Azevedo, 2015).

A partir destas reflexões adverte-se aqui que a Economia Solidária, ou as economias sociais, não devem se constituir em um mero agrupamento de excluídos, mas ser entendidas como um mecanismo de enfrentamento das perversidades sistêmicas (re)criadas cotidianamente pelas dinâmicas da economia globalizada.

De acordo com Singer (2002, p. 122), ainda na década de 1980, a Caritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), financiou milhares de pequenos projetos, denominados de Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Assim, cumpre observar, no entanto, que a reinvenção da economia solidária não se deve apenas aos próprios desempregados e marginalizados. Ela é obra também de inúmeras entidades articuladas no Brasil, principalmente à Igreja Católica e a outras religiões, sindicatos e a universidades (SINGER, 2002).

Diante deste contexto, formaram importantes entidades e redes nacionais que em momentos e níveis diferentes participaram do apoio às experiências que se pautaram nos princípios da Economia Solidária, como: ADS/CUT, em parceria com a Unitrabalho e o DIEESE; FBES; CConcrab; GTBrasileiro (que reúne 12 entidades e redes nacionais de apoio e fomento), RBSES; PACS; FASE; IBASE; Cáritas Brasileira; Rede de ITCPs; Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária; UNISOL (CARVALHO, 2012) (Quadro 01).

Quando se inaugura a década de 1990, marcada pela continuidade das políticas de austeridade e enxugamento de gastos públicos que tinha o intuito de desnacionalizar o patrimônio público, diminuir a participação do Estado no setor produtivo, eliminar os monopólios estatais e a abrir indiscriminadamente as fronteiras econômicas, intensificando o aumento do desemprego, além de entregar empresas nacionais ao capital estrangeiro, num dado momento de forte internacionalização e mundialização do capital (Chesnais, 1996).

Com o estrangulamento da economia brasileira, altas taxas de desemprego, baixo consumo e a inflação em elevados índices, começaram a aparecer projetos de autogestão, como a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG). Assim:

> Diante da situação de desemprego e de busca de alternativas

> surgiu a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão - ANTEAG. Ela nasceu a partir de uma experiência em Franca - SP (1991) quando uma empresa produtora de calçados foi à falência. Com uma ação ousada e criativa, os trabalhadores, em conjunto com o Sindicato da categoria articularam a experiência autogestionária reabrindo a empresa, reiniciando a produção e recuperando 450 postos de trabalho (CIRANDAS/ANTEAG, 2008, p. 01).

Nas cidades paulistas esse marco inicial de auto-organização para manter o funcionamento e produção de fábricas e indústrias demonstrou que, com autonomia e coletividade, os trabalhadores poderiam transformar uma lógica de produção ao seu favor. Poderiam ainda, agregar demais trabalhadores e fomentar o consumo endógeno e solidário. Ainda no início da década de 1990 surgem às Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP`s) Da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Com isso, há a construção de um caminho para implementação de algumas instituições públicas que se inserem no campo da Economia Solidária (Silva, 2015).

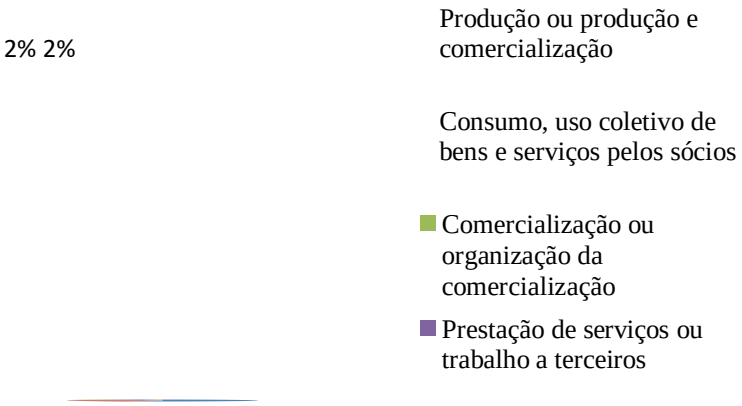
As ITCP`s constituíram-se com a finalidade de apoiar a criação de empreendimentos solidários, por meio de um processo de incubação, executado pelo apoio técnico de projetos de extensão nas universidades, com o intuito de gerar renda para a população de baixa renda. Com as ações extensionistas das atividades universitárias e dos grupos religiosos, surgem os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES´s), desenvolvidos a partir dos trabalhos com incubação. Caracterizados pela lógica de cooperação, liberdade e para que os associados pudessem desenvolver suas funções de maneira inalienável. Dessa forma:

> Nesses empreendimentos ou atividades econômicas organizadas, destacam-se quatro importantes características sempre presentes na economia solidária: cooperação, autogestão, solidariedade e viabilidade econômica. Na cooperação há interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva de bens, partilha dos resultados de forma equitativa e responsabilidade solidária diante das dificuldades. Na autogestão estão presentes as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus de interesses. A solidariedade envolve a preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida dos participantes, comprometimento com o meio ambiente sustentável, com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem-estar de trabalhadores(as) e consumidores(as). Na viabilidade

> econômica vê-se a agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, comercialização, crédito e consumo. Portanto, um empreendimento econômico solidário precisa ter agregado todos esses princípios (CULT, 2010, p. 08).

Atualmente, a área de atuação municipal das EES`s no Brasil, predomina em áreas rurais, 54,8%, contra 34,8%, que atuam em áreas urbanas e 10,4% que se identificaram com atuação simultânea tanto em áreas rurais quanto em urbanas. Esses empreendimentos coletivos estão localizados no meio rural, muito em função das organizações ligadas A agricultura familiar E que buscam diferentes estratégias associativas de beneficiamento e comercialização da produção. E sua dimensão sócio-organizativa e o processo de comercialização tem relevância, tendo em vista a necessidade de manter a renda dos produtores e associados. Como observado a seguir

Gráfico 01: EES`s por atividade econômica.



Fonte: Relatório de Pesquisa do IPEA, 2016.

Nessa perspectiva, é demonstrado como “carro chefe” das EES´s, a produção e comercialização representando 56% das atividades desenvolvidas pela Economia Solidária. O desenvolvimento dessas atividades depende do grau de construção e capilaridade social, sendo também considerado um ponto forte a adaptação da política publica e a sua regularidade estrutural. Em que

> A atuação dos agentes hegemônicos da economia tem-se a articulação de ações dos agentes não hegemônicos, os quais são marcados em seu cotidiano pelo firmamento de relações de proximidade entre os sujeitos e por contiguidades espaciais. Estas se constituem em horizontalidades, as quais se caracterizam como “extensões formadas de pontos que se agregam sem

> descontinuidade, como na definição tradicional de região. (SANTOS, 2009, p.284).

Nesse sentido ressalta-se que o trabalho desenvolvido pelos agentes cooperados de um empreendimento econômico solidário, será majoritariamente definido a partir das dinâmicas próprias dos lugares e das necessidades reais da sociedade local. Em termos regionais, os EES´s rurais estão localizados em sua grande maioria na região Nordeste (72%).

Os EES´s de atuação predominantemente urbanas estão na maioria no Sudeste, com uma boa margem (61%), ancorados nos setores de Artesanato e Reciclagem de Resíduos Sólidos. Já a região Sul possui o mesmo percentual entre urbanos e rurais (42%), e 16% dos EES atuam simultaneamente nas duas áreas (IPEA, 2016). É importante salientar que, em termos proporcionais, as finanças ainda são incipientes, sendo necessária a participação do Estado, via políticas públicas, no incentivo do crédito e financiamentos nos EES`s (gráfico 01).

Com isso, em 1998, nasce o Núcleo UNITRABALHO, realizando ações de pesquisa, extensão e estudos sobre o mundo do trabalho e os movimentos sociais, com o objetivo de aproximar a Universidade e os trabalhadores para o desenvolvimento de projetos e ações que subsidiem suas lutas por melhores condições de vida, trabalho e renda (UNITRABALHO, 2008). Essa rede universitária buscou qualificar a organização dos trabalhadores e a ação social, por meio da formação e educação continuada, fornecendo avanços teóricos nas academias e apoio técnico empírico.

Dessa forma, é no final da década de 1990 que os debates teóricos das universidades e dos espaços de luta social, ganham forma e expandem-se. Surgem, então, os primeiros eventos e encontros de Economia Solidária, aberto ao público. Segundo Silva (2015, p. 05), nesse momento, acontece o I Fórum de Cooperativismo Popular no Rio de Janeiro, que tinha como perspectiva a articulação e troca de experiências entre vários seguimentos do setor cooperativista, colocando de forma mais abrangente os setores formais e informais, não governamentais, com práticas associativas e de autogestão para sua própria articulação e desenvolvimento enquanto coletivo.

A Economia Solidária consolidou-se de fato no Brasil do final do século XX, junto à espacialização dos movimentos sociais e sindicatos. O período favoreceu,

dialeticamente, as lutas sociais e as causas dos trabalhadores, mesmo num período desfavorável para o trabalhador brasileiro. Para tanto, a década posterior possibilitou a intensificação dos trabalhos com Economia Solidária no Brasil, em especial pelo apoio financeiro e jurídico do Estado.

A Economia Solidária ganhou espaço no Brasil, no período de redemocratização (décadas de 1980 e 90). Segundo Singer (2002, p. 09), para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Nesse sentido, o capitalismo apresentou, ao longo dos anos, incongruências com sua própria existência, pois a desigualdade é fundamental para sua sobrevivência, por outro lado, é desfavorável para sua vida útil. Assim, a Economia Solidária surge num contexto contraditório do capitalismo, no entanto, é a partir do século XXI a estruturação no Brasil ganha nova horizontes com o apoio institucional do Estado. Dessa forma:

> [...] esse período é marcado pelas articulações, tanto no campo político como na troca de experiências entre os agentes da Economia Solidária, caminho para a institucionalização e empoderamento dos instrumentos burocráticos necessários para alcançar e regulamentar direitos pelas vias legais reconhecidas pelo Estado (SILVA, 2015, p. 07).

Com isso, em 2001, ocorre a primeira edição do Fórum Social Mundial, na cidade de Porto Alegre/RS, onde introduz oficialmente, pela primeira vez, o debate sobre Economia Solidária, via conferências, debates, oficinas e trocas de experiências sobre o tema. Segundo Silva (2015, p. 07), houve uma incorporação do Grupo de Trabalho (GT) no Fórum, o que resultou, em 2002, no desenvolvimento da I Plenária de Economia Solidária e emergindo as propostas de criação de órgãos específicos e governamentais para organizar, fomentar e reconhecer a Economia Solidária como prática social e fator de geração de renda e trabalho, no Brasil.

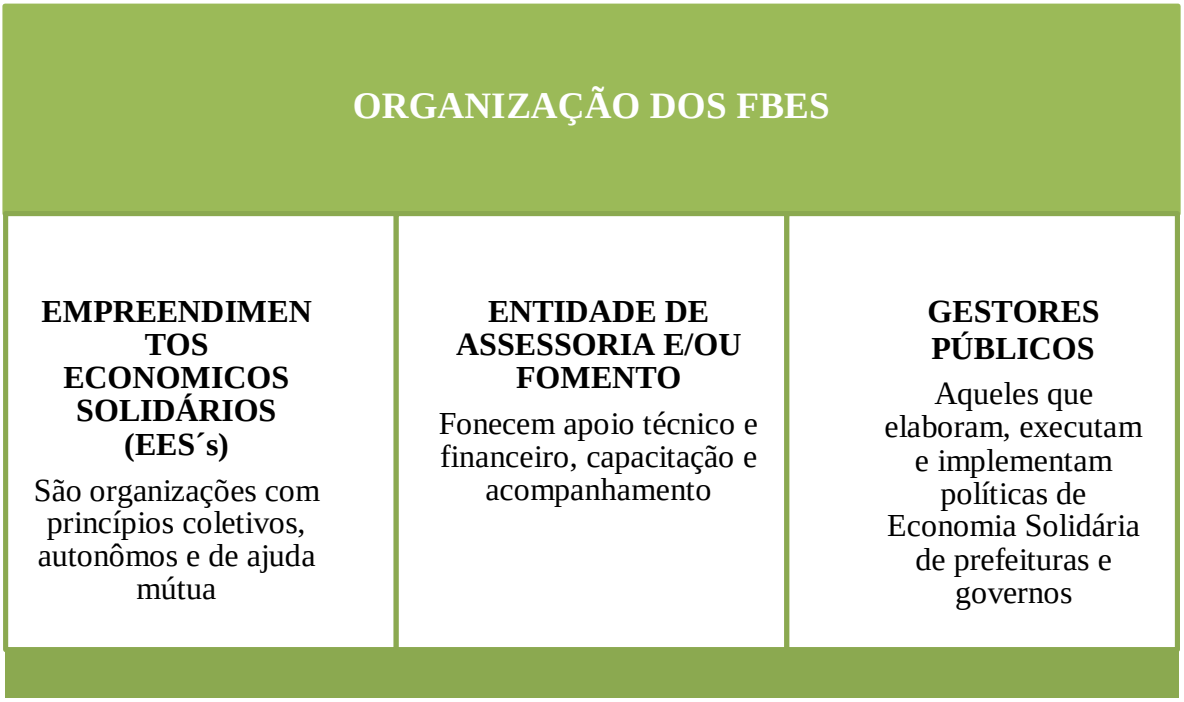
Cabe enfatizar que a situação sociopolítica brasileira e sul-americana começa a tramitar por novos caminhos, especialmente pelo momento de ajuste espacial (HAVEY, 2004) de investimentos em infraestruturas, transportes, etc. Com isso, em 2002, assume o governo de base progressista, que agrega boa parte dos debates e demandas sociais. Assim, durante a I Plenária de Economia Solidária, o GT-Brasileiro elaborou a Carta ao Governo Lula, intitulada “Economia Solidária como

Estratégia Política de Desenvolvimento", reivindicando a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Ainda no mesmo ano, criou-se a Rede Nacional de Gestores Públicos de Economia Solidária, tendo a missão de ampliar cada vez mais o debate e a proposição de ferramentas adequadas dentro do Estado brasileiro para o fomento ao desenvolvimento da Economia Solidária, bem como estimular e fortalecer a organização e participação social deste segmento nas decisões sobre as políticas públicas (REDE DE GESTORES E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015).

A II Plenária de Economia Solidária, em janeiro 2003, foi liderada pelo economista Paul Singer, onde se definiu a agenda de mobilização, debates e sensibilização pelas regiões do país e legitimou o GT-Brasileiro como promotor do processo de mobilização da Economia Solidária (CIRANDAS/FBES, 2008). Além disso, na ocasião, foi anunciada a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no Ministério do Trabalho e Emprego. Ainda em 2003, no mês de junho, realiza-se a III Plenária de Economia Solidária, definindo a partir daí, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) (organograma 01).

Organograma 01: Lógica de funcionamento dos componentes que integram o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.



Fonte: CIRANDAS/FBES, 2008.

A Carta de Princípios e da Plataforma de Lutas, destinada ao Governo Lula, também definiu a composição e funcionamento do FBES (organograma 01). A partir daí, foi iniciado um processo interlocução do FBES com a SENAES com o compromisso de promover um intercâmbio qualificado de interesses econômicos, sociais e políticos, numa perspectiva de superar práticas tradicionais de dependência, que tanto têm comprometido a autonomia necessária ao desenvolvimento das organizações sociais (CIRANDAS/FBES, 2008). Posteriormente, foram realizadas reuniões com representantes da América Latina, promovendo, por meio de seminários, encontros e feiras, a ampliação das perspectivas de integração regional do movimento de Economia Solidária e, com isso, o trabalho de articulação com a América Latina entrou definitivamente na agenda do FBES.

No ano seguinte (2004), foi realizado o I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, o que garantiu o desenvolvimento dos fóruns estaduais e regionais. Nesse processo, a Economia Solidária foi desafiada a gerir abastecimento, comercialização, trabalhar com moeda social, promover rodadas de negócio, realizar feiras em todos os estados, fazer campanha de consumo consciente, comércio justo e solidário, constituir redes, cadeias produtivas, finanças solidárias, trabalhar no campo do marco legal (especialmente a lei geral do

cooperativismo e cooperativa de trabalho: Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971) (CIRANDAS/FBES, 2008).

O contexto socioeconômico viabilizou a criação de importantes políticas públicas que forneceram a transferência de renda direta e indireta para as famílias de menor renda, além de projetos de desenvolvimento econômico e inclusão social. Na ocasião, destacou programas sociais como o Bolsa Família, Fome Zero, ampliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Programa Luz para Todos, Programas Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos (EJA), posteriormente o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e demais políticas sociais e públicas.

A reação do Estado para com a população possibilitou reinserir inúmeras famílias no circuito da produção, circulação e consumo capitalista. Desse lado, a nova conjuntura não desabilitou a Economia Solidária do seu papel na sociedade e fortaleceu a interpretação de que ela não deve ser reconhecida como simples resposta a incapacidade do capitalismo. Assim:

> Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor (SINGER, 2002, p. 114).

Dessa forma, com os programas sociais, destinados a pessoas de menor renda, foi possível adquirir e produzir artigos da Economia Solidária e torna-los acessíveis para os demais setores da economia. No que se referem aos produtos da agricultura familiar, os programas em destaque foram o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), incrementando a produção cítrica, leiteira, de milho, grãos e de demais produtos da agricultura familiar, tanto para o autoconsumo quanto para comercialização. Assim, mesmo incipiente, é possível dizer que o Estado contribuiu para a expansão da Economia Solidária, em âmbito nacional, principalmente no fortalecimento da produção agrícola familiar em detrimento do monopólio histórico do agronegócio (tabela 01).

Tabela 01: Evolução dos contratos do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), 2008-2015.

Fonte: Secretária de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, 2015.

Apesar de insuficiente, o crédito destinado para a agricultura familiar, articulada com programas sociais, tem refletido na dinâmica da Economia Solidária no Brasil, pois o agricultor familiar utiliza o capital para a compra de insumos maquinário, matéria-prima, contratação de pessoal, financiamento de infraestruturas, entre outros, tanto em investimentos como de custeio. O PRONAF teve papel fundamental nessa dinâmica da constituição da renda familiar do pequeno agricultor, com séries históricas importantes, apesar da redução de contratos em 2010, devido aos reflexos do contexto internacional do ano anterior (tabela 01).

Em 2006, realizou-se a I Conferência Nacional de Economia Solidária, onde foram discutidas as resoluções voltadas à participação no Conselho Nacional de Economia Solidária e propostas para políticas públicas nesse segmento. O evento foi organizado sob a temática: ´´Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento``. Vale ressaltar que, a conferência traçou avanços e debates importantes para o campo da Economia Solidária (quadro 01).

Quadro 03**: Sintetização dos debates e diretrizes, traçados na I CONAES, 2006.**

EIXOS TEMAS		DIRETRIZES
I	Os fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo.	- Fundamentos da Economia Solidária; - A Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento.
II	O balanço do acúmulo da economia solidária e das políticas públicas implementadas.	Não se Aplica
III	Os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de economia solidária, sua centralidade, a articulação com as demais políticas e os mecanismos de participação e controle social.	- Concepção da Política Pública; - Objetivos da Política Pública; - Prioridades para a Política de Economia Solidária; - Institucionalidade e papéis dos entes federados na política de Economia Solidária; - Participação e Controle Social.

Fonte: IPEA, 2006.

Naquele momento, a I CONAES visava traçar propostas para a Economia Solidária, além de contribuir para a formação política das/os participantes pelo aprofundamento do debate das grandes questões nacionais e locais da Economia Solidária, além de criar uma rede de conferências entre estados e municípios, bem como das coordenações locais e regionais, com o intuito de trocar experiências, propor novos rumos e ampliar as discussões (quadro 01).

Na última década a Economia Solidária conquistou espaços relevantes e consolidou-se no Brasil e no mundo. Todavia, a partir de 2015, esse contexto vem apresentando novo panorama. Graças aos novos direcionamentos políticos econômicos de boa parte dos países latino americanos, principalmente o brasileiro.

A retomada do “neoliberalismo ao poder”, vem refletindo diretamente na dinâmica econômica, nos investimentos públicos, nos impactos negativos da distribuição de renda, da paralisação (ou extinção) das políticas de inclusão social, etc.

No caso brasileiro, esse processo sociopolítico ficou mais evidente com o governo Temer (2016-2018), que fechou o ano de 2017 com 12,7 milhões de desempregados e superou a margem histórica de trabalhos informais com 34,31 milhões de pessoas, Cabe dizer que, a condição socioeconômica do Brasil não será benéfica para o desenvolvimento da Economia Solidária, pois com a queda do emprego e, assim, da renda, além do aumento da inflação (2,95%), especialmente de bens de consumo não duráveis, e das reformas (Reforma Trabalhista e Previdenciária), trará impactos a médio e em longo prazo, com forte estrangulamento a economia.

O mecanismo de produção e consumo desigual tem retomado no Brasil, com medidas de austeridade ultra equivocadas, principalmente quando incorporadas na periferia do capitalismo. As perspectivas atuais demonstram aprofundamento desse contexto. Nessa conjuntura, o debate da Economia Solidária precisa ser retomado e reinserido nos espaços (rurais e urbanos), tendo em vista, possibilitar a geração de renda, consumo e circulação de produtos em um contexto extremamente complexo e delicado para a população de menor renda.

2.Funcionamento de Empreendimentos de Economia Solidária na região Nordeste

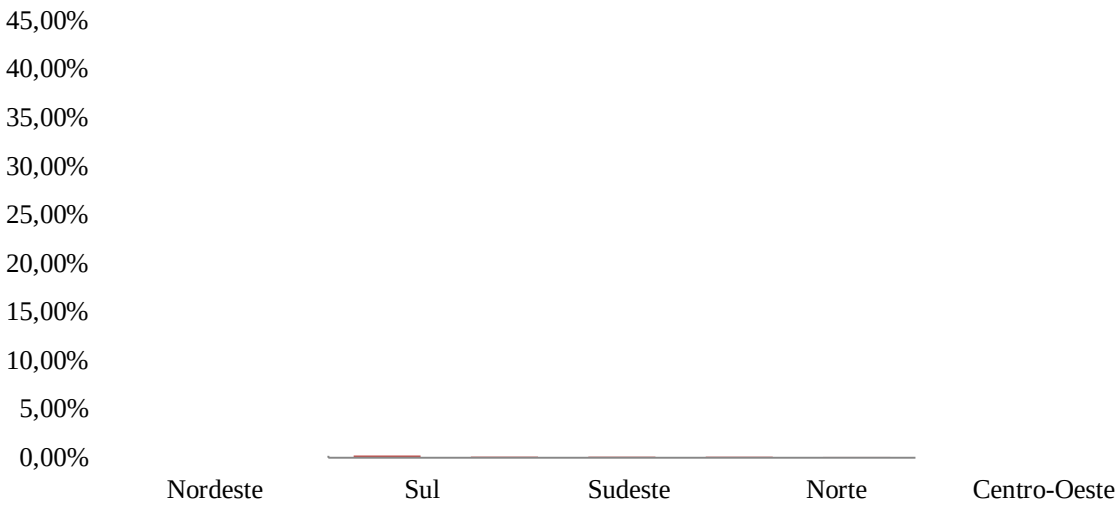
A região Nordeste possui grande potencial econômico e forte diversidade cultural e social. Por outro lado, é importante enfatizar que, historicamente, essa região é produzida de maneira desigual e combinada. Segundo Boscariol*et al* (2009, p. 05), trata-se deste modo, de uma visão dialética e, portanto, de um desenvolvimento em ritmos desiguais (das diversas economias e de dentro das economias periféricas, impelidas a dar os “saltos”), a partir de um jugo inicial de uma economia sobre outra, mas que em determinadas circunstâncias e combinações (tipo de capital financeiro, ideologia local do trabalho, superestrutura e demais elementos combinantes, etc.) passa à vanguarda do processo de desenvolvimento (“vantagem do atraso”) rompendo com o jugo que sofrera.

A lógica capitalista, baseada no aspecto da concentração e dispersão, vem criando espaços desiguais, repercutindo nas disparidades sócio-espaciais e

regionais. Esse perfil é altamente evidenciado na região Nordeste, que, ao longo dos anos é reflexo dessa estrutura de produção também desigual. Assim, a realidade demonstra que há grande heterogeneidade socioeconômica entre as diversas regiões brasileiras, como o Nordeste em relação a Sudeste, por exemplo. Inferindo diretamente na divisão social do trabalho, no subdesenvolvimento, na maior dependência do Estado, etc.

Nessa perspectiva, a região Nordeste foi condicionada a criar formas de reprodução para além dos problemas sociais, locais e históricos. A Economia Solidária conquistou um ambiente formidável, tanto na região Nordeste quanto Norte, principalmente nos espaços rurais. Sua atuação cresceu e, atualmente, a região Nordeste possui a maior parte dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES`s) (gráfico 02).

Gráfico 02: Distribuição do EES`s por região.



Fonte: Relatório de Pesquisa do IPEA, 2016.

O Nordeste concentra a maior parte dos EES´s (essa frase estar repetida), com cerca de 9.498 unidades, dos quais o Ceará tem 1.854, sendo o primeiro estado nordestino em maior quantidade de EES`s (gráfico 02). Quanto às atividades, o meio rural destaca-se também pela alta proporção dos EES´s, que desenvolvem atividades de consumo (85%), troca (65%), finanças (62%) e produção (52%). O meio urbano apresenta maior proporção entre os EES de prestação de serviços (64%) e de comercialização (48%) (RELATÓRIO DE PESQUISA DO IPEA, 2016).

Em 2013, foram investidos R$ 13,8 milhões do Comitê do Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e ao Cooperativismo Social (PRONACOOP SOCIAL),na promoção e fomento às redes de cooperação solidária, constituídas por

empreendimentos em cadeias produtivas e arranjos econômicos territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo solidários (SECRETÁRIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2014). Essa medida beneficiou 9,3 mil trabalhadores em 412 empreendimentos. Os empreendimentos da região Nordeste buscaram criar uma dinâmica de organização e apoio mútuo, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento local e social, a partir de práticas produtivas inerentes a sua realidade socioespacial. Assim:

> Os agricultores de Tauá (CE), no contexto de crise de produção do algodão, por conta da praga do bicudo, passaram por um processo de formação promovido pela Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural (Adec), responsável por introduzir os princípios e formar uma racionalidade da economia solidária, a princípio com 150 agricultores e agricultoras. Gradativamente, introduziu-se ideias sobre a importância do uso de defensivos naturais, como a urina da vaca, sobre a importância do consórcio de cultivos, pois em área com variação de culturas é mais difícil o aparecimento de pragas, a ponto dos envolvidos internalizarem tais conhecimentos e verem os seus resultados positivos na produção. O algodão orgânico é vendido atualmente com um valor 100% maior que o algodão produzido com agrotóxico, o que equivale ao preço do melhor algodão do mundo, o egípcio (PEREIRA *et al*, 2015, p. 192).

Segundo o relatório do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (2016, p. 18), os empreendimentos econômicos solidários organizam-se sob três dimensões: sócio-organizativa (refere-se a sua organização, a quantidade de participantes e o tipo de atividades desenvolvidas), socioeconômica (formas de captação de recursos, os investimentos realizados, o nível de renda adquirido e as formas de comercialização e inserção no mercado) e sociopolítica (aspecto da auto-gestão e da articulação sociopolítica do EES, verificando-se como se dá o processo de tomada de decisões e de que forma o EES se envolve com a comunidade em que se localiza e com outros EES). Essa organização prevê a manutenção das práticas de Economia Solidária nos EES`s, também da região Nordeste (tabela 02).

Tabela 02: Distribuição regional dos EES`s no Nordeste, por forma de organização.

Fonte: Relatório de Pesquisa do IPEA, 2016.

No que se refere ao funcionamento territorial, as associações predominam sob a forma de empreendimentos solidários, regionalmente, além disso, predominam nas áreas rurais. Isso é resultado da dificuldade burocrática, instrucional e, assim, financeira. É importante ressaltar que, isso reflete nos custos locais e na organização popular, pois não há amplo apoio jurídico e de capital (tabela 02).

Os principais meios de colaboração para o funcionamento dos EES`s são as redes de comercialização (56,0%), rede de produção (32,8%), central de comercialização (11,0%), rede de comercialização de comercio justo e solidário (7,1%), entre outros. Essa cadeia de produção, comercialização e consumo, ocorre, em especial, pela entrega direta a clientes por meio de feiras livres ou espaços públicos de comercialização, além de espaços exclusivos mantidos pelos empreendimentos para esse fim.

O capital adquirido com a venda dos produtos é destinado para a compra ou manutenção dos equipamentos, infraestrutura física dos EES`s, ampliação do estoque de matérias-primas (quando os associados não podem fabricar), capacitação de mão-de-obra, divulgação dos trabalhos, aberturas de filiais, entre outros. No entanto, grandes dificuldades influenciam na expansão dos empreendimentos solidários, principalmente do apoio financeiro técnico.

Para tanto, a produção dos empreendimentos solidários na região Nordeste tem fortalecido a economia e o desenvolvimento local. A Economia Solidária tornou-se fonte de reprodução de renda de inúmeras pessoas, além de forma de vida (desenvolvimento de uma vida saudável, um mundo inalienável e sustentável). O Estado precisa dá o suporte necessário para a manutenção da Economia Solidária em diversos estados do Nordeste, garantindo a construção de uma sociedade menos desigual e de realização concreta da inclusão social.

Como a política de Economia Solidaria foi eficiente em regiões empobrecidas como o Nordeste, o levantamento realizado em 2005 a 2007 percebeu que existem algumas características da população que elas interferem na forma de organização e no encaminhamento nos processos de desenvolvimento locais e regionais. No caso da economia solidaria, o levantamento mostrou que existe a forma de organização DO associativismo econômico desenvolvido, com destaque em relação a outras regiões.

Quadro 04**: Brasil: origem Social dos associados vinculados a Empreendimentos Econômicos Solidários, por região do país, 2013.**

1- Agricultores Familiares
2- Artesãos
3- Artistas
4- Assentados de Reforma Agrária 5- Catadores de material reciclável

6-Garimpeiros ou mineiros
7- Técnicos ou profissionais de nível superior
8-Trabalhadores autônomos 9- Desempregados
10- Não se aplicam as áreas de predominância

Fonte:SIES/SENAES,2013
Organização: Feitoza,2019.

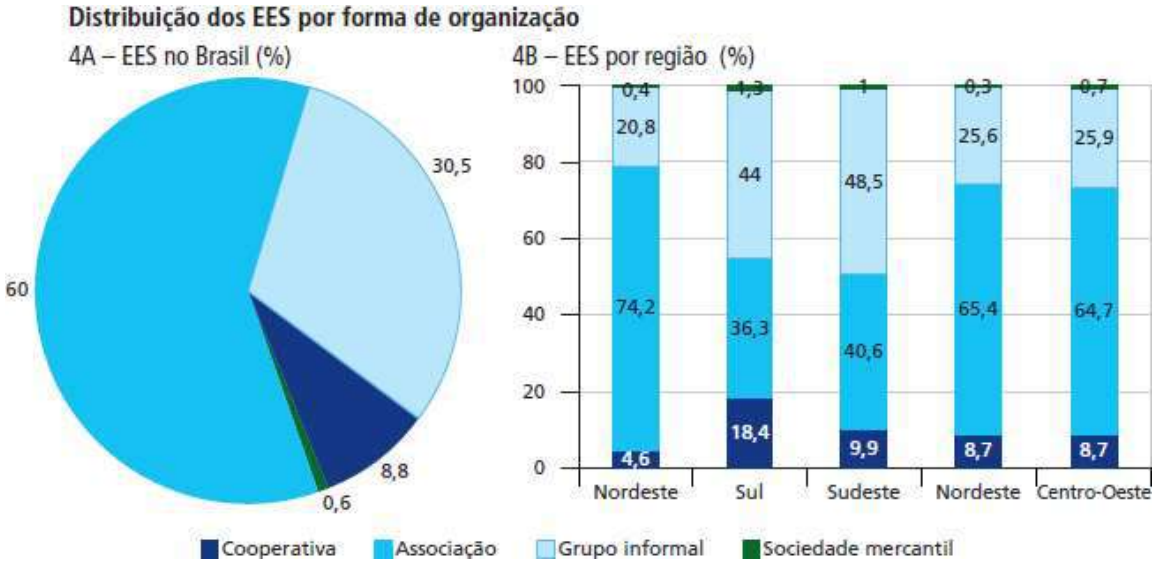
A Economia Solidária no Nordeste é marcada, em primeiro lugar, por ser uma região em que a atividade rural comparativamente a outras regiões é

mais expressiva, sendo que a Economia Solidária se organiza através de agricultores familiares. Há no Nordeste muitos territórios extrativistas, E esse tipo de organização mais autônoma do trabalho encontra desafios de como se inserir no mercado, e competir do ponto de vista que vai permitir aquelas pessoas a possibilidade de viver com dignidade através do seu trabalho:

> Nas áreas rurais, a organização sociopolítica dos agricultores familiares, tem se dado sobremaneira através das associações e cooperativas agrícolas, as quais em sua maioria organizam-se adotando como princípios a cooperação, a solidariedade, a participação igualitária e a autogestão. Neste trabalho tais formas de organização serão compreendidas como organizações não hegemônicas, as quais se configuram como contra-racionais ao modelo socioeconômico vigente no período histórico atual.(AZEVEDO, 2015, p.03).

Geralmente isso leva os atores sociais a buscarem uma alternativa associativa/cooperativa por isso que a Economia Solidária é uma contribuição fundamental para essas comunidades e de não dependerem do governo, pois a própria racionalidade das comunidades levam a auto-organização associativa impelidas pela lógica competitiva excludente. Dessa forma, cabe ao governo perceber esses movimentos e fortalecê-los numa estratégia mais ampla por que favorece as economias locais e as realidades socioespacias.

Gráfico 03- **Distribuição dos EES por forma de organização, 2013**



Fonte: SIES, 2013

As estratégias de fundos solidários para organização de finanças que é o compartilhamento de recursos tem sido extremamente importantes nessas

comunidades. Experiências importantes não só no enfrentamento do desemprego na condição de precariedade dos trabalhadores, mas fundamentalmente pra mostrar que é possível organizar processos econômicos diferenciados e promover o desenvolvimento das comunidades sobre outras bases, que não são as bases da exploração e nem da concorrência tipicamente capitalista.

A política publica não pode ser burocratizada e exige muito dialogo e conhecimento da realidade de discutir como que avanços a politica publica como consolida e como mobiliza a sociedade, e a partir disso pensar uma política para o território nacional através da realidade e especificidades locais.

CAPÍTULO 2

GEOGRAFIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, TERRITÓRIO E REDES

1. Espaço de contradições: Relações solidárias sob a égide do capitalismo

O espaço geográfico em sua totalidade abriga complexidades e dinâmicas que estruturam a sua conformação, o movimento da sociedade construído pela relação Homem/Natureza mediadas pelo trabalho é responsável por transformações de cunho econômico, cultural e do ponto de vista social essas modificações se revelam propriamente na historia e na paisagem.

Nesse sentido, os vínculos socioespacias construídos de forma orgânica tem como mote o processo organizativo da vida em sociedade sendo mister o caráter cooperativo nas atribuições que dão subsídios a uma estrutura/base que rege a reprodução social. Desta forma, a importância de se compreender um sistema de objetos e ações organizado também pelos trabalhadores da Economia Solidária constitui fundamentalmente em analisar horizontes distintos mesmo que sob o frenesi da hegemonia capitalista.

A Geografia nos permite realizar junto com o tema da Economia Solidária analises que vão muito além do entendimento da lógica de localização de seus empreendimentos. (Godoy, 2009). Nessa perspectiva, sua contribuição nos mostra que a reprodução do espaço através das relações sociais solidárias de produção, mesmo que inseridas numa estrutura econômica complexa é possível analisá-las a partir de teorias e métodos da Geografia.

A ciência geográfica ainda nos oferece meios de estudos que vão além do padrão de localização de suas formas, compreendendo a funcionalidade, através das esferas de circulação, distribuição e organização das atividades em múltiplas escalas. Desta forma, as contradições que se imprimem no espaço são resultantes do sistema produtivo, seja a acumulação capitalista ou a reprodução solidária que do ponto de vista das relações que se constituem no espaço social se apresentam de maneiras distintas ao se refere na mediação Homem/Natureza através do trabalho. Com tudo,

> Entender economia solidária no âmbito da geografia enfoca estudar as dinâmicas das políticas públicas do Estado por meio do território e do Lugar via particularidades e universalidades, posto que, são as práticas sociais que dão origem às relações espaciais, circunscritas neste modo de organização produtiva. (GODOY, 2011, p 59).

Diante disto, é fundamental destacar tais práticas sociais que são originadas pelo movimento de trabalhadores da Economia Solidária nos espaços da cidade e do campo, neste viés a relação do território com o lugar é de extrema importância na articulação das políticas publicas. Dessa forma, caminhamos em

direção a uma análise que dê conta do desvendamento das relações sociais produtoras do espaço geográfico e de sua condição para reprodução social, objetivo que se justifica pela necessidade de uma

nova forma de viver, que comporte outra organização social da vida coletiva. (Godoy, 2009).

As implicações e o aprofundamento das análises do espaço e do tempo para o procedimento analítico, conforme Harvey (2005), permite uma leitura da Economia Solidária através das práticas socioespaciais que lhe dão forma e conteúdo. Sendo possível estabelecer conexões espaço temporais de emergência dessa forma de organização do trabalho, caracterizado por um conjunto de atividades econômicas geridas por trabalhadores, com as metamorfoses da acumulação capitalista e de redefinição de espaços econômicos. (Godoy, 2009).

A noção de "desenvolvimento geográfico desigual" presente nas obras de Harvey (2005), Soja (2010) e Smith (1988), oferece elementos para a compreensão do papel da divisão espacial do trabalho enquanto processo definidor da diferenciação socioespacial e da articulação dos lugares ao espaço mundial. Assim, relações sociais de produção capitalista produzem espaços diferenciados segundo o grau de desenvolvimento econômico. Tem-se, assim, um desenvolvimento geográfico desigual, produto de relações sociais desiguais (Harvey, 2005).

Neste sentido, a análise ancorada nas relações espaciais, possibilita avaliar os limites de uma sociabilidade baseadas nos princípios da Economia Solidária, produzidas A partir de relações socioeconômicas mediadas pelo capitalismo, visto que, Economia Solidária agrega substancialmente uma diversidade de práticas econômicas desenvolvidas, em sua maioria, no espaço rural.

A teoria que se sustenta na produção social do espaço, permitem analisar as possibilidades que os empreendimentos e iniciativas da Economia Solidária, mediadas pela autogestão como forma de organização do trabalho, tenham de produzir uma relação diferenciada com o lugar onde ela se realiza. (Godoy, 2009).

Entender que tipo de sociedade se está constituindo a partir de relações de produção baseadas em princípios da democracia, da reciprocidade, da

participação e da solidariedade dos pressupostos para entender a produção de espaços diferenciados, baseado em formas diversas de organização da vida coletiva. (Ortigoza, 2015). È fundamentalmente pensar em novas formas de reproduzir a vida e apontar direcionamentos para alcançá-la.

Para Milton Santos (1985, p. 49) “É básico o conceito de que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação”. Para a nossa compreensão da produção do espaço as categorias forma, processo, função e estrutura tornam-se fundamentais, já que, para estudar o espaço, há que se apreender a sua relação com a sociedade.

Desta forma, nossa premissa é que o modo de produção organiza a vida produtiva dos sujeitos e, concomitantemente, organiza a vida social coletiva. Por meio dele, estabelecem-se as relações sociais de produção, que não se restringem ao espaço produtivo, mas se expandem para além de seus limites, isto é, para as relações sociais.

O fenômeno de rede não é novo, visto que há muito tempo a geografia discute e analisa um grande número de redes inscritas no território, expressas sobretudo pelas redes urbanas, de comércio, de transportes e de inúmeras outras atividades sociais. O que é necessário, para destacar a atual relevância deste debate, é lembrarmos que as antigas redes diferem desta trama contemporânea de redes que se formam no atual período de globalização.

O objetivo primeiro era a produção desse movimento, que até então não possuía um ritmo imposto a priori, os objetos fluíam de forma lenta, ao sabor das necessidades locais, condicionados pelas infraestruturas técnicas contemporâneas agregadas ao espaço que atuavam como sistemas necessários às atividades de produção.

No entanto, o desenvolvimento técnico-científico acumulado produziu mudanças significativas na própria materialidade do território, com a adição de novos objetos, reformulando assim sua abrangência e conferindo novas possibilidades às ações, até culminar na atual configuração do meio técnico-científico-informacional, meio geográfico que dá suporte ao atual sistema de ações neste período de globalização (Santos, 1997).

Para Manuel Castells (1999), as sociedades, no período contemporâneo, estão vivendo num espaço caracterizado por uma profusão sem precedentes dos fluxos, conhecendo uma economia que o mesmo autor denomina de ‘global’,

e um capitalismo ‘informacional’, o que o leva a reconhecer a sociedade atual como “sociedade em rede” (Castells, 1999).

Analisando a natureza das redes geográficas, Miguel Ângelo Ribeiro, reportando-se a trabalhos de Milton Santos e Roberto Lobato Corrêa, afirma que,

> A organização espacial se revela, de um lado, a partir de elementos fixos, constituídos como resultado do trabalho social. E, de outro lado, através de fluxos que garantem as interações entre os fixos. Fixos e fluxos originam as redes (2001, p.35).

Deste modo, poderíamos destacar uma tipologia de redes que atualmente compõem o espaço geográfico, tendo sempre em vista a existência de elementos fixos no território, e também dos fluxos que o animam, compreendendo as redes como formas, mas também como normas, que possibilitam a realização dos movimentos no território. As redes que se configuram na atualidade possuem características distintas, tais como as redes de infraestrutura, que funcionam como suporte para o fluxo de materiais e informações no território, como por exemplo, as redes de transporte (rodovias, ferrovias, etc.).

Podemos mesmo afirmar que estes dois tipos se condicionam reciprocamente e dialeticamente, visto que as redes de serviços são constituídas a partir das redes materiais e de pontos ativados no território, e as redes materiais ou de infraestrutura não teriam razão de existência se não fossem animadas pelas atividades que são organizadas entre diferentes localizações no território a partir de suas estruturas.

É assim que Corrêa, investigando as dimensões de análise das redes geográficas as entende como “[...] ‘um conjunto de localizações geográficas interconectadas’ entre si ‘por um certo número de ligações’” (Corrêa, 2001, p.107). A partir da análise das redes configuradas no interior dos circuitos espaciais de produção e também dos círculos de cooperação, que funcionam de forma complementar ao circuito elaborado pelas empresas (Santos & Silveira, 2001).

Tomando o espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (Santos, 1997), a rede pode ser compreendida como um sistema verticalmente orientado pela e para a ação/intenção de determinados agentes, para a coordenação do trabalho que flui entre pontos específicos no território. Podemos compreender como se estruturam as suas

políticas de articulação no território. Dentro delas, novas oportunidades são criadas o tempo todo. Fora das redes, a sobrevivência fica cada vez mais difícil.

> Com a rápida transformação tecnológica, as redes – não as empresas tornaram-se a unidade operacional real. Em outras palavras, mediante a interação entre a crise organizacional e a transformação e as novas tecnologias da informação, surgiu uma nova forma organizacional como característica da economia informacional/global: a empresa em rede (CASTELLS, 1999, p.191).

É assim que podemos compreender que o caráter das redes não reside apenas na materialidade, mas sim nas estratégias políticas de organização dos diferentes agentes e pontos no território, que são mobilizados e coordenados por outros agentes na intenção de desenvolver objetivos específicos. “As redes também são locais e, nessa condição, constituem as condições técnicas do trabalho direto, do mesmo modo que as redes globais asseguram a divisão do trabalho e a cooperação” (Santos, 1997, p.268).

No meio local, a rede praticamente se integra e se dissolve através do trabalho coletivo, implicando um esforço solidário dos diversos atores. Esse trabalho solidário e conflitivo é, também, co-presença num espaço contínuo, criando o cotidiano da contigüidade” (Santos, 1997, p.268). Os circuitos espaciais de produção podem ser definidos “(...) pela circulação de bens e produtos e, por isso, oferecem uma visão dinâmica, apontando a maneira como os Geografia: ações e reflexões 223 fluxos perpassam o território” (Santos; Silveira, 2001, p.143).

É este poder de (re) funcionalização dos lugares para a produção que confere às redes, ao mesmo tempo, um caráter global e local. Um caráter global porque as redes articulam ações técnicas e políticas entre agentes territorialmente dispersos, de acordo com uma lógica de competitividade que é ditada pelo mercado, e um caráter local porque também as redes prescindem e ocorrem de forma efetiva a partir de pontos específicos do território. Nas palavras de Milton Santos,

> As redes são, ao mesmo tempo, globais e locais. São globais porque cobrem todo o ecúmeno e, na verdade, constituem o principal instrumento de unificação do Planeta. Mas elas também são locais, já que cada lugar, através de sua estrutura técnica e de sua estrutura informacional, acolhe uma fração, maior ou menor, das redes globais. No lugar, elas servem ao trabalho e ao capital (vivo) e determinam a sua natureza. (SANTOS, 1999, p.14).

De certo modo, conviria falar que as redes configuradas pelas grandes empresas possibilitam a existência de elementos que com elas participam da organização de suas atividades, de uma forma ativa e consciente para o exercício das funções de determinados agentes, mas também, e ao mesmo tempo, estas redes engendram uma "participação passiva" e descompromissada entre uma população de objetos, instituições e gentes que figuram entre elas, simplesmente porque o lugar que ocupam no território é o mesmo.

A displicência no emprego dos termos território e local para designar a escala dos projetos de desenvolvimento têm causado alguns equívocos, pois, mais do que uma escala de atuação, o emprego de um ou outro termo agrega significados diferentes a proposta de desenvolvimento.

O local, em si, não é um conceito, mas uma escala, assim como mundial, nacional e regional. Já o território é um conceito geográfico que, juntamente com os conceitos de região, paisagem e lugar formam o escopo de análise de processos que compreendem o espaço geográfico. A ideia de desenvolvimento local é descentralizar. É também a ideia de desenvolvimento endógeno, ou seja, a partir de agentes locais.

A discussão sobre o desenvolvimento territorial e/ou desenvolvimento local deve considerar as origens da discussão dos termos. Ambos partem de um modelo de desenvolvimento endógeno, a partir de atores locais, o que difere dos modelos tradicionais de desenvolvimento que se pautam por estratégias externas que pouco ou nada consideram sobre as características do território onde ações são implantadas. Mas a diferença entre o territorial e o local não se explica apenas por uma questão de terminologia.

Nesse sentido, aliado aos princípios da Economia Solidária, pensamos que temos que usar o conceito de desenvolvimento territorial porque a ideia que o desenvolvimento local carrega consigo já está contaminada pelo princípio da competitividade entre os locais, ou como salientam alguns geógrafos críticos, pela guerra dos lugares.

O desenvolvimento territorial pode agregar outros componentes a essa discussão. Partir do entendimento do território como esfera de pertencimento e apropriação de uma comunidade abre a perspectiva para pensar numa estratégia que vá para além da esfera econômica considerando que o desenvolvimento também tem que ser para tornar dignas as condições de vida

da população. Saquet (2007, p. 113) nos adverte que “o território é condição de processos de desenvolvimento”, neste contexto, é preciso então considerar sua importância e seu significado nos novos rumos do desenvolvimento territorial que vêm sendo tomados pela economia solidária.

Nesse contexto, as redes informais não têm o objetivo declarado de regulação das relações entre atores. Sua densidade é muito variável de um lugar a outro. Elas permitem uma socialização da atividade de produção e são as expressões da capacidade local de organização, desde que cada ator tenha consciência de pertencer a uma mesma comunidade cultural.

A construção da identidade coletiva depende em grande medida dos determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem (Castells, 1999). Essas redes humanas de relações materiais e simbólicas entre atores existem sempre, e são as expressões máximas das redes e das identidades da vida social.

O processo que está na origem das ligações dos agentes com os territórios, através das organizações, instituições e políticas, como abordado anteriormente, cria o que chamamos de desenvolvimento territorial. Este pode ser entendido como um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania comunitária, e de conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou de uma região.

O desenvolvimento territorial é o resultado de uma ação coletiva intencional de caráter local e específica, portanto, uma ação associada a uma cultura, a um plano e instituições locais, tendo em vista arranjos de regulação das práticas sociais (Pires; Muller; Verdi, 2006). Processos de territorialização e localização, abrindo a chance de novos arranjos institucionais de governança. Esses processos têm gerado igualmente, maior solidariedade territorial local.

De acordo com Mance (2005), que também tem centrado suas reflexões sobre a ideia de que a colaboração solidária se constitui em uma alternativa pós-capitalista à globalização atual, no trecho abaixo caracteriza a economia solidária como uma possibilidade real de transformação.

> A economia solidária é um novo caminho, centrado na colaboração entre pessoas e povos, que nos exige coerência

> entre nossos propósitos, palavras e ações. É uma alternativa viável para o nascimento de uma nova forma de satisfazer as necessidades materiais requeridas ao exercício ético da liberdade humana, de maneira justa e sustentável, compartilhando-se a riqueza produzida em favor do bem-viver de todos (MANCE, 2005, p. 15)

Isso porque, as experiências cotidianas se concretizam no território, E é partir dele que conseguimos enxergar as vivências, sociabilidades, identidades e resistências. O território é resultado de tempos e espaços específicos, assim compreender a complexidade envolvida na economia solidária e as reais possibilidades de representar mudanças sociais e produtivas, requer uma abordagem territorial do processo.

2.Instrumentos de institucionalização, controle e função social.

A Economia Solidária é processo de organização econômica que acontece nos espaços rurais e urbanos, ela permite direcionar diferentes percepções sobre o atual modo de organização socioeconômica. Partindo dos princípios humanísticos, frente a uma sociedade individualista, insensível e desumana, que acredita que o resultado de acumulação dos seus bens materiais são frutos de seus próprios esforços, sem se importar se o outro tem, sequer, um dormitório ou as mínimas condições de se alimentar diariamente.

Portanto, incentivar a geração de um pensamento coletivo e, acima de tudo, crítico, significa enxergar o todo como uma produção histórica da formação social local ou regional. Por isso é preciso estimular o desenvolvimento de trabalhos que incitem tanto a concepção da coletividade e solidariedade, e a valorização do resultado desse trabalho, que se dá na produção e comercialização.

A política publica de Economia Solidária se organiza através de estruturas que direcionam a sua funcionalidade, nesse processo os fóruns e conselhos são instrumentos fundamentais para a melhor imersão desta nas comunidades juntamente com a participação do movimento social ao intervir na realidade. Nesse sentido podemos afirmar que os fóruns compõem a sociedade civil, ou seja, gestores públicos, entidades de apoio e fomento e ainda os empreendimentos econômicos.

A ideia do fórum é permeada pela base do movimento de economia solidária onde se deve existir as relações coletivas, de trocas de saberes, experiências para que expanda para a ação do Estado em atender as demandas encaminhadas pelo

fórum aonde formulam, implementam e monitoram ações de fortalecimento da Economia Solidária. De acordo com a Cartilha de Boas Práticas de Economia Solidária, no Brasil se identificam cerca de 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais que reúnem cerca de 3 mil empreendimentos econômicos, quinhentas entidades de apoio e fomento, 12 governos estaduais e duzentos municípios pela Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. (2016).

Nessa estrutura, são eleitos três representantes por Fórum Estadual, sendo dois de empreendimentos solidários (um empreendimento urbano e um empreendimento rural) e um de entidade de assessoria. A(s) rede(s) de gestores indicará(ão) dois gestores por macrorregião e mais dois em nível nacional. As entidades de apoio e fomento com representação nacional (atuação comprovada em pelo menos 7 fóruns estaduais) com limite de até 12 representantes. Para garantir a gestão política cotidiana, a interlocução com outros movimentos e o governo federal bem como o acompanhamento da Secretaria executiva Nacional, organiza-se a Coordenação Executiva do FBES.

Os espaços em que se organizam o movimento de Economia Solidária prevalecem o debate da exclusão econômica, social e política, pautas garantidas pelos participantes por meio dos fóruns. A prática democrática se alinha ao desenvolvimento desse movimento na articulação com as outras instâncias regionais, nacionais e internacionais de economia solidária.

A presença do Fórum Estadual de economia solidária coincide com o surgimento da politica publica nacional de democratização dos espaços de discussões, de controle social. um ano após a realização do fórum social mundial aonde foi constituído o Fórum Brasileiro de Economia Solidaria, estrategicamente o ano de 2004 foi fundamental para se consolidar as resoluções então encaminhadas naquele evento. Não diferente dos outros estados do Nordeste, Sergipe começou a avançar nas discussões e mediação com o governo estadual e secretaria estadual do trabalho a antiga SETRAB, (hoje SEIDHS.).

Para a consolidação de um fórum estadual que abrigasse os principais debates do movimento social e que a politica estadual fomentasse a economia solidaria no estado. Criado em 2004, o FEES alavancou diversas ações ligadas a economia solidária no espaço urbano a partir do artesanato, as ações eram

realizadas através das feiras de economia solidaria. Eventos de extensão também eram organizados como cursos de formação de educação popular.

Para isso, as estratégias de reprodução social via Economia Solidária, podem se dá através da execução de seminários, debates, fóruns, feiras, etc. No caso do estado de Sergipe o momento mais emblemático foi à realização do Encontro Estadual de Economia Solidária, ocorrido em 2014, onde participaram 2.500 empreendedores da Economia Solidária dos oito territórios de desenvolvimento (Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste Central, Leste, Sul, Centro Sul e Grande Aracaju) (GOVERNO DE SERGIPE, 2014).

A realização desses eventos não só visou divulgar os produtos da Economia Solidária, mas pretendia demonstrar para a sociedade civil (aqueles que não têm informações do processo de produção solidário) a importância do trabalho social e como ele é realizado, sendo um verdadeiro labor de base. Validando ainda, o apoio social para adquirir os produtos e reconhecimento das relações solidárias, que também se manifestam nesses espaços, demonstrando como o processo de produção é mais saudável e sustentável, frente à comercialização dos grandes mercados e fortalecendo o desenvolvimento local. Fomentar essa produção significa enaltecer o trabalho social, pois quanto maior a valorização, menor a necessidade de negociação com atravessadores e o condicionamento ao fomento das condições sub-humanas desses produtores.

Neste período foi encontrada uma Economia Solidária forte e autônoma que era refletida através dos vários eventos ocorridos nesta fase a exemplo das feiras territoriais de artesanatos, comidas e agroecológicas, encontros entre os educadores e intercâmbio na UFRPE e na Feira Internacional de Economia Solidária em Santa Maria/RS, e ainda o primeiro Seminário Estadual de Economia Solidária, evento este de grande repercussão entre outros movimentos sociais e da luta pela terra.

Dessa maneira, a Economia Solidária pode ser a vanguarda socioeconômica necessária para a pequena produção. Mesmo diante das contradições diárias de cada realidade local, é necessário dá prioridade aos trabalhos solidários e favorecer cada vez mais a organização e união desses produtores. Permitindo ainda melhorar as condições de consumo geral, influenciando ainda na dimensão da saúde social.

Contudo, é fundamental ampliar os processos de Economia Solidária na atual estrutura social

2.1 Estruturação da Economia Solidária no estado de Sergipe

A Economia Solidária começava a consolida-se no Brasil, sobretudo, no início do século XXI, sendo que as estratégias, de cunho institucional, ainda eram muito concentradas em nível nacional e, somente a partir de 2004 sua expansão conquista as esferas estaduais. Mesmo assim, as políticas públicas ainda dependiam de articulações dos governos federais e estaduais para materializar-se.

Nessa perspectiva, no caso sergipano, a Economia Solidaria caminhou, durante muito tempo, a passos curtos, embora as demandas urgentes no âmbito nacional e regional estivessem avançando cada vez mais. Isso se devia a carência de iniciativas locais (via criação de leis e aderência de projetos) para dá ênfase as políticas de incentivo a Economia Solidária.

Apesar disso, em 2005, algumas conquistas passam, vagarosamente, a se mostrar, como o desenvolvimento da I Feira Estadual de Economia Solidária (em consonância com um cronograma pré-estabelecido das agendas estaduais e nacional do movimento de Economia Solidária) e sua segunda versão em 2006. No entanto, a sua importância institucional só se dá a partir de 2008, com a criação da Lei Nº 6.525, de 09 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Desenvolvimento Social, Economia Solidária e Inclusão Produtiva (SEDSESIP), presente no artigo 206 da Constituição Estadual de Sergipe (SERGIPE, 2009).

Esta iniciativa visava incentivar a inclusão social e produtiva, alinhado a redução das desigualdades socioterritoriais. Vale dizer que, neste momento, o novo formato de planejamento estadual, cujo destaque se apresenta na quarta diretriz estratégica do Plano Estratégico de Sergipe já vinha sendo desenvolvido no quadriênio 2007-2010, através da articulação dos trabalhos da Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Justiça e da Cidadania, Secretaria do Planejamento, Secretária de Inclusão Social e Secretaria do Trabalho (GOVERNO DE SERGIPE, 2007). Assim, essa nova estrutura propositiva de desenvolvimento territorial veio, posteriormente, enxergar a Economia Solidária como tática para evidenciar as potencialidades locais e fortalecer a reprodução social das famílias de baixa renda, sobretudo, dos municípios interioranos do estado de Sergipe.

Enquanto isso, em 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), via Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), lança à chamada pública 002/2011, apontando especificações complementares para a promoção de ações integradas da Economia Solidária para o desenvolvimento local e territorial (MTE/SENAES, 2011). Esse documento objetivou apresentar referenciais conceituais, metodológicos e operacionais para orientar a elaboração de projetos, visando à superação da extrema pobreza por meio da geração de trabalho e renda em iniciativas econômicas solidárias, através do desenvolvimento de eixos de ações (quadro 05).

Quadro 05: Eixos de ações previstos pelo Ministério do Trabalho (MTE) e Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) para desenvolver projetos de Economia Solidária, 2011.

Fonte: MTE/SENAES, 2011.
Org.: PINHEIRO, 2019.

O documento previa ainda que, o andamento do eixo I deveria se dá em Espaços Multifuncionais de Economia Solidária (centros públicos e casas de Economia Solidária) e capacitar Agentes de Desenvolvimento Local (para atuar nas comunidades e territórios no apoio aos EES's, mobilizando e apoiando a construção de estratégias de desenvolvimento local permeadas pela Economia Solidária).

Enquanto que o eixo II destina-se a orientar os processos de incubação nos EES's (sendo um conjunto de atividades sistemáticas de formação e assessoria que percorrem desde o surgimento até sua consolidação), além DE assessorar os EES's (pressupondo um processo endógeno de mobilização, enquanto prática participativa e dialógica que considera as dimensões econômica, ambiental, social, cultural e política), já o eixo III previa o fomento às finanças solidárias (através da criação de Banco Comunitários de Desenvolvimento e Cooperativas de Crédito) e o eixo IV refere-se a organização da comercialização de produtos e serviços de Economia Solidária (sustentado no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário).

Com isso, o governo federal favoreceu os investimentos e a ampliação das atividades de Economia Solidária em âmbito estadual, tanto que segundo o Governo do Estado (2014, p. 01) "em 2013, firmou-se o convênio de R$ 6.300.000,00 (seis milhões e trezentos mil reais) para execução de ações integradas

de Economia Solidária em Sergipe, por meio da Secretária Estadual do Trabalho (SETRAB)", junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Isso possibilitou a implantação do Programa Estadual de Economia Solidária, cujo intuito era afirmar a Economia Solidária como um novo modelo de desenvolvimento (sustentável, includente e solidário) para o estado de Sergipe. Assim:

> O Programa pretende organizar e mobilizar as comunidades e empreendedores econômicos solidários, visando oferecer a implantação, adequação e manutenção de cinco espaços multifuncionais em quatro territórios do estado, sendo quatro Espaços de Comercialização Solidária – ECOS e um Mercado Central de Economia Solidária. Além disso, serão organizadas cinco Feiras Territoriais e 3 distritais (ECOS feira); e haverá consultoria técnica e formação para os Empreendedores Econômicos Solidários nos oito territórios de desenvolvimento, sendo que, o programa prevê formação em economia solidária para 1.000 associados de empreendimentos econômicos solidários e a oferta de consultoria técnica para 250 Empreendimentos Econômicos Solidários, como também a Incubação de 50 empreendimentos nas áreas de gestão, qualificação da produção e prática de comércio justo (GOVERNO DE SERGIPE, 2014, p. 01).

Ainda no ano de 2013, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publica a formalização do convênio 00037/2013, com intermédio da Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Solidária (ASCOOB), para apoiar o fomento de iniciativas financeiras solidárias com base em Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Solidários e Cooperativas de Crédito Solidário (ASCOOB/MTE, 2013). Essas políticas de incentivo a Economia Solidária, apresentaram consideráveis rebatimentos para os estados brasileiros e, especialmente, para o desenvolvimento regional do Nordeste.

No ano seguinte (2014), as práticas de Economia Solidária no estado de Sergipe já mostravam-se bastante dinâmica, tanto que em março deste mesmo ano, foi realizado o Encontro Estadual de Economia Solidária no Centro de Aracaju/SE (Praça Fausto Cardoso). Nesta ocasião, foram anunciadas algumas ações integradas do governo para o fortalecimento da Economia Solidária em Sergipe que proporcionaram incentivo ao desenvolvimento local e territorial (tabela 03).

Tabela 03: Beneficiários das ações integradas do governo de Sergipe para o desenvolvimento de projetos de Economia Solidária no ano de 2014 (valores em números inteiros).

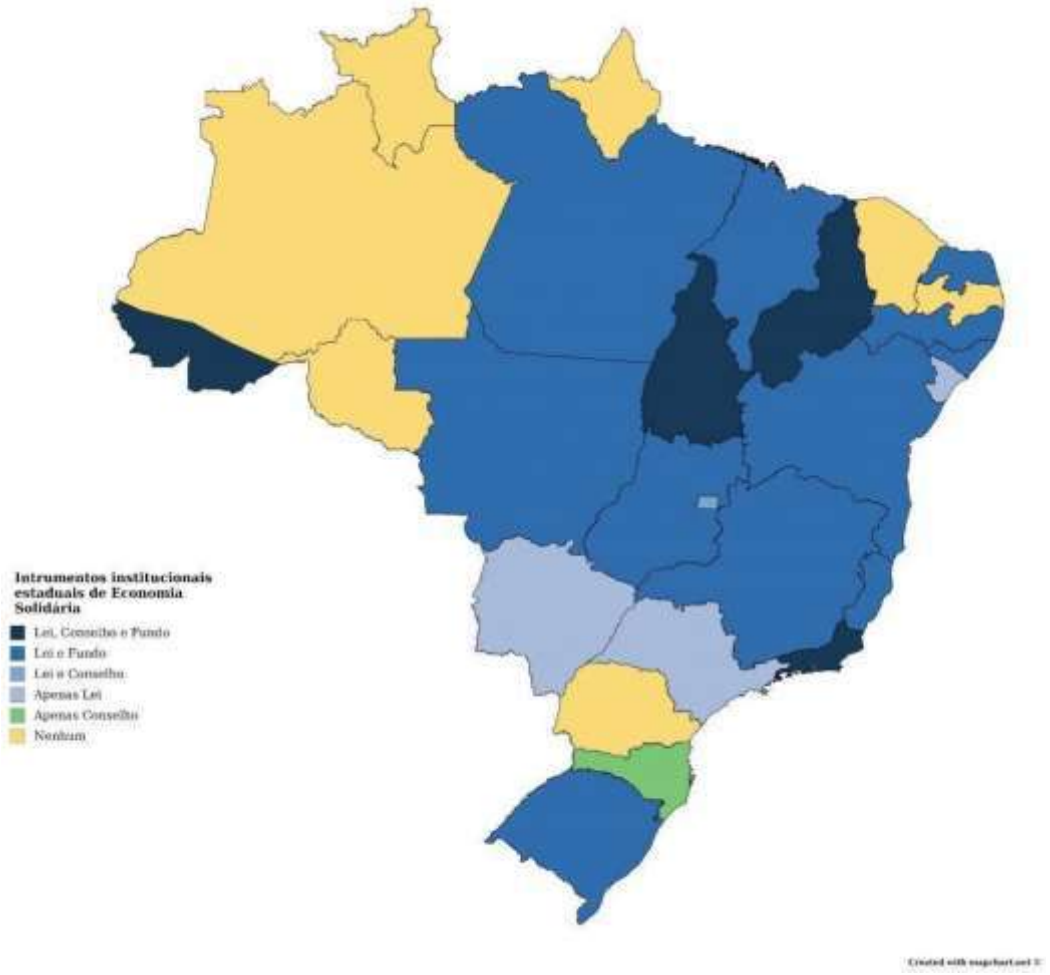
Fonte: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO GOVERNO DE SERGIPE, 2014.

O Programa Empreendedores Solidários visava, através da cooperação ativa entre trabalhadores ou produtores autônomos e familiares, nas áreas urbanas e rurais, fomentar as atividades de Economia Solidária, gerando renda e evidenciando a potencialidade local (tabela 03). Essas ações ampliaram os horizontes da Economia Solidária em Sergipe e culminaram com a ampliação do debate para demais regiões do estado.

Assim, em fevereiro de 2015, lideranças de empreendimentos do cooperativismo da agricultura familiar e Economia Solidária de Sergipe se reuniram no município de Moita Bonita, no Circuito Integrado de Cooperação e Economia Solidária, com o objetivo de planejar ações do coletivo para o reconhecimento e fortalecimento da Economia Solidária no estado e a sua interação para a ampliação de políticas públicas do segmento (UNICAFES, 2015). Além disso, o debate buscou identificar os principais gargalos do circuito e desenvolver alternativas para mitiga-los.

A partir de então a Economia Solidária passa a ocupar demais espaços de discussão no estado de Sergipe, como na Conferência Estadual de Segurança Alimentar, ampliando sua atuação e demonstrando a sua relevância para as demais áreas. Mesmo diante das contradições atuais, sobretudo em nível nacional, com o enfraquecimento do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), os reflexos das ações de Economia Solidária mostram-se firmes, tanto no que se refere à organização social quanto na manutenção dos espaços solidários. Por isso, é necessário fortalecer e dá ênfase a esses processos locais, em articulação com demais áreas sociais e econômicas, visando garantir a reprodução social de inúmeras famílias.

Mapa 01: **Instrumentos Institucionais estaduais de Economia Solidária.**



Fonte: FBES, 2013.

O panorama constatado através dos estudos do Fórum Brasileiro de Economia Solidária levantou a situação dos planos, leis e demais instrumentos de institucionalização da política de economia solidária nos estados. Realizado a partir de entrevistas junto a representantes da coordenação nacional do FBES, o levantamento traz dados sobre o estágio de elaboração/implementação dos planos estaduais, existência de leis, conselhos, fundos, comissões do CADSOL (Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários), e frentes parlamentares de economia solidária, entre outros.

As informações devem subsidiar as estratégias de articulação e atuação regionalizada do FBES. O mapa a seguir ilustra o panorama nos estados no tocante à existência de leis, conselhos e fundos de economia solidária. No caso das comissões do CADSOL, estas foram criadas em quase todos os

estados (com exceção do Tocantins, Rio Grande do Sul e Amapá). No entanto, em pelo menos seis estados as comissões encontram-se inativas.

O CADSOL foi instituído pela Portaria n. 1.780/2014 , segundo a qual "tem por finalidade o reconhecimento público dos Empreendimentos Econômicos Solidários de modo a permitir-lhes o acesso às políticas públicas nacionais de economia solidária e demais políticas, programas públicos de financiamento, compras governamentais, comercialização de produtos e serviços e demais ações e políticas públicas a elas dirigidas". A maior parte dos estados relatou falta de apoio do poder público estadual para a concretização das ações de identificação e visita aos empreendimentos.

O estado de Sergipe em relação a outros estados do Nordeste foi um dos que menos se avançou, pelo mapeamento do FBES, consta a existência a Lei de Economia Solidária, no entanto esta ainda não foi validada. Apesar da pressão do movimento de Economia Solidária junto ao FEES, podemos afirmar que politicamente a Economia Solidária não tem forças e nem "apadrinhamento", o que existem são ações pontuais alinhadas com a agenda social por parte de vereadores e deputados estaduais.

Presume-se que o Fórum Estadual tenha autonomia quanto as decisões ali discutidas e encaminhadas, no entanto o que se percebe é o fator de aparelhamento do FEES frente as demandas da gestão governamental, ou seja, uma relação subordinada e de jogo político, que por vezes há uma descontinuidade do espaço solidário, entrando em cena um espaço de poder e pelo poder polos opostos que apresentam uma incompatibilidade. Havendo assim, um certo estranhamento do movimento social com a política pública em tela.

Desde 2004, o fórum passa por renovação na gestão a cada dois anos em meio a troca de gestão há também a troca da gestão governamental e como o Fórum cumpre o papel de "ser" do Estado e não do movimento social, evidentemente ocorrem disputas internas de grupos políticos o que descaracteriza o caráter original da criação deste espaço. Entre esses grupos há uma via que mais se alinha com a agenda do movimento de Economia Solidária e há os que adéquam as exigências da burocracia e de usar a política publica como instrumento de poder por doação de recurso.

O Fórum não deve ser um espaço de disputa pelo poder e nem de disputa por recursos governamentais. A capacidade de um Fórum está além destes ditames,

e se ancora no espaço da coletividade democrática base, que constrói e garante a solidariedade. Para isso é preciso que a camuflagem entre política publica e movimento se rompam desta rivalidade e que uma (política publica) exista através das demandas da Sociedade Civil organizada (movimento).

Para isso não se trata de um pacto ou coalizão entre ambos coexistirem o que se pode fazer é tomar como exemplo experiências positivas e exitosas de outros estados que combinaram a politica publica com o movimento social juntamente com os instrumentos de controle social (Fóruns e Conselhos). E investir neste tripé, uma vez que essa estrutura subsidia a continuidade e os avanços da Solidária de forma justa e democrática.

CAPITULO 3

Caminhos Metodológicos: Incubação e as organizações econômicas solidárias do Centro-Sul de Sergipe

1. Método de investigação geográfica

O processo realizado pelo método empírico-analítico é em primeiro lugar a definição de um problema. A investigação cientifica é um pilar essencial para o desenvolvimento do conhecimento que permite realizar novas descobertas. O método empírico analítico consiste na observação utilizada para aprofundar o estudo de fenômenos, podendo estabelecer leis através da conexão existente entre causa e efeito em um determinado contexto.

A partir da observação da experiência, é possível estabelecer deduções ao analisar os dados coletados através da observação. O método empírico-analítico aborda a realidade dos fatos que são observáveis, estimáveis e

mensuráveis, È um método que contrasta suas hipóteses de forma rigorosa através da demonstração cientifica que determina se a hipótese é verdadeira ou falsa. Para comprovar ou rebater essa suposição são realizadas diferentes metodologias.

Dessa forma o estudo em questão tem como objetivo analisar as possibilidades, limites e alcances das redes de cooperação solidária na articulação da relação produção-comércio-consumo, enquanto mecanismo primordial na dinâmica do desenvolvimento local/Territorial no espaço rural do município de Salgado/SE. Em uma perspectiva mais geral, a meta do projeto é refletir o espaço da troca nas redes de cooperação no âmbito da economia solidária como uma das esferas imprescindíveis de reprodução da atividade econômica e dos sujeitos envolvidos nas suas práticas socioespaciais.

De forma específica, objetiva-se analisar qual a relação dos sujeitos e agentes inseridos nas redes de cooperação solidária através dos circuitos curtos de comercialização, investigando ainda como se fomenta e materializa a eficiência das redes enquanto acessório de integração territorial e econômico. Tal como, refletir as implicações das Redes de cooperação solidária na promoção do desenvolvimento local no município de Salgado/SE e territorial, bem como as transformações no modo de vida dos agricultores familiares inseridos no espaço rural.

Os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos elencados são: a) pesquisa bibliográfica (investigação teórica e diagnóstica em artigos, monografias, dissertações, teses, etc.); b) levantamento empírico (obtenção de dados e informações que possam embasar a pesquisa), c) reuniões para orientação (apresentação do andamento das análises para o orientador); d) discussões de textos (desta e doutras análises); e) trabalhos de campo e entrevistas (investigação *in loco*, de caráter exploratório e analítico); f) sistematização (construída com base na abordagem teórica, documental e empírica); g) atividade auxiliar da pesquisa (inserção nos espaços acadêmicos que discutem o objeto de estudo do referido trabalho) apresentação dos resultados. Vale dizer ainda que, o projeto será balizado pelo método de estudo empírico-analítico em face da dinamicidade da realidade do campo de pesquisa.

No caso da pesquisa empírica, foi realizada na Fabriqueta de Doces do município de Salgado/SE, no dia 24/05/2019, onde houve a aplicação de questionário e entrevista semiestruturada, destinada as associadas do empreendimento solidário. Todavia, foi possível ainda, dialogar, mesmo que de forma informal, com as lideranças da Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Sul de Sergipe (COOPATSUL), visando conhecer a sua funcionalidade para com os demais empreendimentos.

Essa coleta de dados e informações também garantiu a sistematização (teoria, dados e empírico) das análises e de construção dos resultados, materializados neste trabalho. As imagens também foram coletadas in loco, pela própria autora e os demais elementos dessa monografia (quadro, tabelas, gráficos, fluxograma, etc.) foram realizados nos programas Word e Excel, Windows 2010.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade conhecer e compreender as relações de produção local, a partir da Economia Solidária, no município de Salgado/SE. Enfatizando ainda a importância da construção de processos solidários para fortalecer e integrar as potencialidades desses espaços e como essas pessoas constroem ações alternativas para viabilizar a reprodução social, diante das contradições do capitalismo. Sendo assim, espera-se que esse trabalho possa contribui com demais discussões acadêmicas sobre Economia Solidária e agricultura familiar em Sergipe.

Além disso, seus resultados darão continuidade a demais análises, tanto num possível nível de mestrado, quanto na publicação de artigos científicos, resumos e demais possibilidades. Assim, espera-se que as discussões realizadas aqui possam ser expostas em demais espaços de diálogos e debates. O universo da pesquisa de campo está no recorte espacial do meio rural do município, nas cooperativas e associações de economia solidária e agricultura familiar.

Foram realizadas observações sistemáticas e entrevistas semiestruturadas e não estruturadas como técnica para a coleta de dados, pois comporta “um roteiro de tópicos relativos ao problema que se vai estudar e o entrevistador tem liberdade de fazer as perguntas que sejam pertinentes: sonda razões e motivos, dá esclarecimentos, não obedecendo, a rigor, a uma estrutura formal”. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 82).

As entrevistas foram registradas pelo uso do gravador, e questionários o que possibilitará armazenar as informações fornecidas pelos sujeitos. Será utilizada a

amostra não probabilística do tipo intencional que segundo Markoni e Lakatos (2010, p. 82), “caracteriza-se pelo pesquisador está interessado na opinião (ação, intenção, etc.) de determinados elementos da população, mas não representativos dela”.

Nesta pesquisa foi utilizada uma amostra aproximada de 25% (02 instituições), de um universo de 14 instituições, a partir de 10 questionários semiestruturados com perguntas abertas realizadas com os agricultores familiares que são cooperados que fazem parte da rede de cooperação solidária. Já as entrevistas serão destinadas aos dirigentes e lideranças das instituições que atuam nos mesmos.

Foram adotadas técnicas de análise quantitativa e qualitativa com o objetivo de realizar a leitura analítica dos dados coletados em sites da secretária nacional de economia solidária, MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, ligados ao governo federal, e de instituições do terceiro setor (cooperativas e associações), afim de levantar o quantitativo de cooperativas na área a ser estudada, os sites visitados serãocomo ferramenta de pesquisa online. Será utilizado o Google Alert, trata-se de um mecanismo de filtragem que envia diariamente, por e-mail, as informações cadastradas na Rede Mundial de Computadores.

No caso desta pesquisa foi utilizado o filtro:Redes, desenvolvimento local, economia solidaria e Sergipe. Este levantamento de informações secundárias possibilitará a construção de um banco de dados, que posteriormente será utilizado para a confecção de gráficos e tabelas, através das técnicas quantitativas, e analisadas por técnicas qualitativas que viabilizarão a compreensão da essência desta problemática.

As informações primárias coletadas nas entrevistas permitirão complementar o banco de dados e posteriormente a elaboração de gráficos e tabelas. Paralelo apesquisa de campo serão realizadas visitas aos órgãos ligados a Economia Solidária em Sergipe, bem como nas cooperativas e associações.

Procedimentos metodológicos

O planejamento da pesquisa para Ubirajara (2011) se atenta para as diversas etapas a serem seguidas, por essa razão, existem diversos modelos e tipos de pesquisa, com diferentes características referentes aos fins ou objetivos, aos meios ou objeto e à abordagem ou tratamento dos dados.

Quanto aos fins, as pesquisas podem ser de caráter exploratório, que têm como objetivo explicitar o problema, aprofundar as ideias sobre o objeto de estudo; a pesquisa descritiva, que descreve as características de uma população ou

fenômeno; e a pesquisa explicativa, que busca identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos.

Em virtude das especificidades das pesquisas descritas acima, neste estudo, será utilizada a pesquisa exploratório-descritiva, por buscar favorecer "[...] uma pesquisa mais ampla e completa, a formulação clara do problema e a hipótese como tentativa de solução, (GIL, 2009, p. 27)". Exploratória porque é o primeiro passo de todo trabalho científico, sendo suas principais finalidades, "[...] proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir os objetivos ou formular as hipóteses ou descobrir novo tipo de enfoque que se tem em mente (ANDRADE, 2007, p. 124)".

Ainda no procedimento metodológico, os questionários (semiestruturadas) serão utilizados como instrumento de pesquisa, com o auxílio de equipamentos técnicos como câmera fotográfica e gravador de áudio.

Dentro do universo de abordagens dos dados, optou-se pela pesquisa quantitativa e qualitativa, a fim de explicar os dados colhidos nas entrevistas e trabalho de campo, com apoio nas leituras realizadas e outros dados pertinentes, chegando-se, assim, às considerações finais acerca do tema e atividades realizadas em cada nível da pesquisa, em suas diferentes etapas, para a concretização dos objetivos propostos. Por fim, a análise de dados visa "[...] sumariar, classificar e codificar as observações feitas e os dados obtidos." (BARROS, 2009, p. 67). Essa fase constitui um momento do registro dos dados coletados, feito em gráficos setoriais com o auxílio da planilha Excel.

A análise dos dados apresentará a percepção dos trabalhadores, dos dirigentes e lideranças e do poder público; o trabalho será documentado principalmente com fotos entre outros materiais para que se visualize a sua percepção real. A realização de tais entrevistas resultará em um diagnóstico da Rede de Cooperação, no qual apontará os principais desafios e oportunidades que permeiam a experiência e a importância dessa rede ao desenvolvimento local.

Após essas etapas, chega-se ao nível explicativo da pesquisa através da análise e explicação dos dados colhidos nas entrevistas, questionários e trabalho de campo, com o apoio nas leituras realizadas e outros dados pertinentes, aproximando-se, assim, das considerações finais acerca do tema e atividades realizadas em cada nível da pesquisa, em suas diferentes etapas, para a concretização dos objetivos propostos. Será realizada através do levantamento de informações primárias, pois

conforme Martins e Theóphilo (2009, p. 55), este tipo de pesquisa é “característica dos estudos que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências”. Tais documentos possuem natureza distinta, podendo ser documentos arquivados em instituições públicas, ou gravações.

2. Fabriqueta de doces: Uma proposta nas relações de trabalho solidárias

Inaugurada em janeiro de 2014, a fabriqueta de doces de Salgado é um dos 547 projetos comunitários realizados pela PRONESE, que realiza esses trabalhos desde 2012, com recursos do Projeto de Combate à Pobreza Rural (PROSPERAR), resultado do acordo de empréstimo entre o Banco Mundial e o Governo do Estado de Sergipe, fruto de um investimento de R$ 83.400.000,00 (oitenta e três milhões e quatrocentos mil reais), cujo intuito é fomentar projetos comunitários de caráter produtivo e de infraestrutura (GOVERNO DE SERGIPE, 2014). O apoio institucional da Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE) tem dado contribuição para incentivar a inclusão produtiva, o desenvolvimento local e o destaque as potencialidades regionais. Assim:

> O Governo do Estado de Sergipe, através da Empresa de Desenvolvimento Sustentável de Sergipe (PRONESE), investiu no município de Salgado o valor de R$ 3.404.189,00. Desse total de recursos aplicados, R$ 1.095.238,64 foram originados do Projeto Prosperar, possibilitando a construção de nove sistemas de abastecimento de água, um trator com implementos, um centro de artesanato, dois projetos de recuperação de pomares e uma fábrica de doces e bolos recém inaugurada pelo governador Jackson Barreto. Todas as ações beneficiaram cerca de 777 famílias (GOVERNO DE SERGIPE, 2014. p. 01).

Com a disponibilidade dos recursos, a Associação Comunitária dos Moradores do Povoado Tombo realizou uma reunião com a comunidade para dialogar sobre as possíveis demandas para a construção de um empreendimento solidário, onde foram disponibilizadas as opções de criação de uma creche, padaria ou uma fábrica de doces (inicialmente de derivados da mandioca, já que a comunidade possui essa potencialidade) (ENTREVISTA, 2019). Sendo assim, em consenso, os moradores optaram pela constituição da fábrica por dois motivos: reaproveitamento da infraestrutura do antigo estabelecimento (Casa de Farinha do Povoado Tombo) e fortalecimento das atividades produtivas locais com a mandioca.

Neste sentido, Governo do Estado (2014, p. 01), enfatiza que “a entrega da fábrica beneficiou, diretamente, 62 famílias e a comunidade passou a contar com a produção de doces das frutas regionais, bolos e bolachas derivados da massa de

macaxeira ou mandioca (beiju, pé-de-moleque e biscoitos), entre outros". Além disso, a ideia era que a COOPATSUL contribuísse tanto com o escoamento da produção da comunidade quanto no processo de fortalecimento dos princípios da Economia Solidária, por isso, inicialmente, as mulheres participaram de diversos processos formativos para aprenderem demais formas de manuseio dos produtos (adequando inclusive às exigências do Ministério da Saúde), junto ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a movimentos de Economia Solidária, Agroecologia, Inclusão Produtiva, etc., apesar disso, as formações foram complementares aos conhecimentos que as associadas já possuíam.

A princípio, a organização da fábrica contou com a participação de 45 mulheres, pois a presença feminina, na produção de doces, é culturalmente hegemônica no povoado. Porém, atualmente, somente 06 trabalham e operam regularmente no, por conta das dificuldades que foram surgindo nos últimos anos (retomada da política neoliberal), especialmente, impactando no êxodo rural, pois diversas mulheres tiveram de migrar para a Capital do Estado (Aracaju) em busca de empregos e novas oportunidades de reprodução social. Destarte, as mulheres que ainda resistem, trabalham na fabricação dos produtos, desde o surgimento da fábrica, se esforçando para manter a dinâmica das atividades do empreendimento e gerar o mínimo de renda possível para apoiar a comunidade (Quadro 06).

Quadro 06: Perfil socioeconômico das associadas da Fábrica de Doces de Salgado/SE.

Fonte: QUESTIONÁRIO/TRABALHO DE CAMPO, 2019.
Organização: FEITOZA, 2019

De acordo com os resultados obtidos, no dia 24/05/2019, das cinco mulheres presentes[5], somente um tinha concluído o ensino superior (em Serviço Social), sendo esta a que atualmente responde, legalmente, pelo funcionamento da fábrica, apesar da organização ser realizada de forma coletiva. Além disso, somente esta mesma associada (entrevistada 5) participa do movimento de Economia Solidária em Sergipe, enquanto que as demais estão envolvidas com a atuação sociopolítica no Sindicato de Trabalhadores Rurais e no Movimento de Agricultores Familiares do Município de Salgado/SE (Quadro 06). Sendo assim, suas respectivas participações em movimentos sociais, sindicatos, associações, etc., infere no nível de organização e na construção de uma consciência de valorização da Economia Solidária e das relações de trabalho.

Assim, segundo Godoy (2009, p. 95) é importante compreender como "essas relações de trabalho tem sido decompostas pela propriedade privada, cedendo o espaço do trabalho coletivo para o trabalho individual, por isso a tarefa social de cada indivíduo condiz no reconhecimento de seu lugar no espaço, o que impulsiona no entendimento da luta de classes". Vale apontar ainda que para manterem-se na fábrica, essas mulheres desenvolvem demais atividades de geração de renda, como trabalhos informais de limpeza (faxina, diarista, etc.), revenda de produtos cosméticos, lecionar em reforços escolares, além da renda advinda do Programa Bolsa Família, entre outras possibilidades.

Isso contribui, de certa maneira, para manter-se na fábrica, face às contradições do período atual. Mas essa condição só é possível porque, atualmente, a fábrica só funciona nos horários de 08:00 às 14:00, durante todos os dias de quinta e sexta-feira, porque ainda tem encomendas fixas (ENTREVISTA, 2019) (figura 01).

Figura 01: Produção de Queijadinha e Pé-de-Moleque na Fábrica de Doces de Salgado/SE.

5 Apesar de participar, das associadas não estava presente, pois se encontrava doente no dia da visita à Fabriqueta de Doces.

Fonte: PINHEIRO e FEITOZA, 2019.

A infraestrutura interna da fábrica é bastante apropriada para a produção, tanto pelo espaço, quanto pela disponibilidade dos equipamentos, tais como: freezer, chapa a gás industrial, geladeira, forno industrial, mesas de aço industrial, balança, entre outros, que foram fornecidas junto com a entrega do empreendimento. Além disso, as associadas buscam manter constantes, as atividades coletivas de limpeza. Apesar da redução das encomendas, as mulheres ainda trabalham na produção de pé-de-moleque, queijada, cocada, beiju, bolos, bolachas e alguns pães (figura 01).

A maior parte da produção é destinada a Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Sul de Sergipe (COOPATSUL) e, quando há pedidos, outra parte é direcionada para a Prefeitura Municipal de Salgado, que adquire os produtos, via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além disso, as mulheres também buscam comercializar seus produtos, quando podem, em feiras e eventos. Dessa forma, a renda adquirida por produção é destinada para a manutenção da fábrica (pagar contas de água, energia, gás, fornecedores, comprar produtos de limpeza e reabastecer o empreendimento) e outra parte dos rendimentos é distribuída entre as associadas.

Assim, mesmo com os crescentes desafios na produção e circulação dos produtos da Fabriqueta de doces, este empreendimento tem grande importância

para o desenvolvimento local do povoado Tombo. Garantindo a reprodução social de inúmeras famílias e mantendo as atividades produtivas da comunidade. Por isso, as políticas públicas são basilares para preservar e ampliar os processos de Economia Solidária desses espaços.

O Brasil vivencia um contexto político e econômico que não favorece as políticas públicas de inclusão produtiva e social. Essa situação vem se aprofundando, cada vez mais, com a redução, ininterrupta, da produção e consumo. Nas séries dessazonalizadas, o recuo do PIB em abril foi de 0,1%, na comparação com março, que foi de 0,9%, no trimestre móvel findo em abril (fev-mar-abril), em comparação ao trimestre findo em janeiro (nov-dez/18-jan/19) e na comparação interanual, a economia retraiu 0,3% em abril e permaneceu estagnada no trimestre móvel findo em abril (IBRE/FGV, 2019). Esse percentual parece ser insignificante, mas se considerarmos a dinâmica econômica brasileira dos últimos, há de ser encarado com preocupação.

A queda de investimentos públicos e de produção tem se moldado qualitativamente e, com isso, refletido na redução do consumo. Todavia, Guerra *et al* (2017, p. 189) enfatiza que essa situação será cada vez mais acentuada, graças a "equivocada proposta de limite ao crescimento dos gastos primários[6], corrigidos somente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), durante 20 anos". Vale dizer que a atenuação do consumo dos centros urbanos vem sendo impactada, mas a produção e o consumo local sofrem consequências mais profundas e de forma generalizada. *"Quando tínhamos os projetos, através do estado, era tranquilo, porque produzíamos o ano todo, mas agora as vendas caíram muito"* (INFORMATIVO VERBAL/ENTREVISTA, 2019).

Nos municípios nordestinos, isso é bem representativo e influencia, negativamente, os processos de fortalecimento da inclusão socioprodutiva. Nessa perspectiva, os empreendimentos solidários da cidade de Salgado/SE já sofrem com a queda brusca de produção e comercialização dos produtos, a exemplo da Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Sul de Sergipe (COOPATSUL), que busca condicionar mudanças organizacionais para continuar os trabalhos com Economia

6 BRASIL. Câmara dos Deputados. PEC 241/2016: altera o ato das disposições constitucionais transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Brasil, 2016. Disponível em: <www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>. Acesso em: 20 de mai. de 2019.

Solidária. Com isso, a COOPATSUL tem realizado modificações nas parcerias comerciais (procura de novos fornecedores), logísticas (terceirizando transportadoras), tipos de consumidores (nos demais munícipios sergipanos e do norte da Bahia), formas de produção (revender novos produtivos), entre outros mecanismos (ENTREVISTA, 2019) (figura 02).

Figura 02: Embalagens de produtos, que são comercializadas pela COOPATSUL.

Fonte: PINHEIRO e FEITOZA, 2019.

Para tornar mais eficiente escoamento da produção, a COOPATSUL, tem optado ainda, em trabalhar nas melhorias de certos produtos, atendendo as necessidades dos tipos de pedidos que mais são recorrentes. Dessa forma, a cooperativa tem investido, sobremaneira, nas adequações das polpas de frutas, modificando, inclusive os tipos e os tamanhos das embalagens. Assim, a cooperativa optou pela utilização de embalagens de Plástico Polietileno (PP), que resiste melhor as baixas temperaturas e também é um material que pode ser soldado mais facilmente, o que lhe permite ser utilizado até mesmo para embalar produtos líquidos ou de maior peso. Além disso, buscam aumentar a produção dos sucos de caixa de até 1 litro, sendo aqueles que mais, frequentemente, são procurados, sobretudo, pelas prefeituras (via processos licitatórios) (figura 02).

Embora, essas reestruturações internas sejam benéficas para a cooperativa, cabe ressaltar que a COOPATSUL também tem reduzido a obtenção dos produtos

dos demais empreendimentos solidários, o que infere na necessidade de transformações internas também por parte dessas instituições menores. Assim, elas também se veem obrigadas a recorrer a caminhos alternativos, que lhes favoreçam e que mantenham, minimamente, os estabelecimentos em funcionamento. São estratégias solidárias não competitivas que, das pequenas as maiores mudanças, fazem diferenças para reduzir os custos e manter o funcionamento do empreendimento.

No caso da Fábrica de Doces do munícipio de Salgado/SE, algumas ações coletivas já vinham sendo desenvolvidas e outras tiveram de ser incorporadas, devido às condições do momento atual. Como, por exemplo, em caso de perda de algum produto base da produção (manteiga, açúcar, sal, óleo, etc.), as mulheres buscam se unir, sempre que possível, para reabastecer o estoque via meios próprios ou através do apoio dos recursos da própria associação. O mesmo ocorre com as atividades de manutenção dos equipamentos do empreendimento, mas nem sempre isso acontece, pois acabaria sobrecarregando as mulheres.

Do mesmo modo, as associadas têm buscado, nos últimos tempos, adquirir as matérias-primas dos produtos (macaxeira, batata, coco, entre outros), com agricultores da própria comunidade. Desse modo, a alternativa tem sido a negociação e a coletividade para que ambos os lados não saiam perdendo. Embora isso possa ajudar, de certa maneira, mas as mulheres optam por não terem fornecedores fixos, mas sim aqueles que apresentem os menores preços (ENTREVISTA, 2019).

Nesse sentido, a Associação Comunitária dos Moradores do Povoado Tombo representa uma grande ferramenta de apoio e colaboração para a fábrica, principalmente na ajuda com o pagamento dos custos mensais. *“A associação tem muito apoio da comunidade e sem essa coletividade, ela não estaria de pé, tanto que para mantê-la em funcionamento os 75 associados pagam a taxa de água (R$15,00), pois ela tem feito muito pela comunidade, a exemplo da luta para trazer a água encanada para o povoado”* (INFORMATIVO VERBAL/ENTREVISTA, 2019).

Outra estratégia para aumentar o consumo é buscar espaços alternativos de comercialização dos produtos. Além da produção para a COOPATSUL (sendo alguns produtos exclusivos para este empreendimento) e da comercialização para a prefeitura (quando fazem o pedido para serem distribuídos em escolas e demais instituições), a Mini Fábrica de Doces tem levados seus produtos para a Feira da

Agricultura Familiar, nos dias de sábado. Esta feira abre espaço para a comercialização dos produtos da Economia Solidária no município, desde 2015. Assim:

> As Feiras da Agricultura Familiar são um projeto do Governo de Sergipe, executado pela Secretaria de Estado da Mulher, Inclusão, Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos - SEIDH, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, para fortalecer a agricultura familiar, criando frentes de comercialização para o escoamento da produção desses pequenos produtores rurais (GOVERNO DE SERGIPE, 2015, p. 01).

Esses ambientes são benéficos para o desenvolvimento local e para fortalecer as potencialidades regionais, que, muito embora, não são valorizadas pelo público em geral, que não tem conhecimento dos processos de produção. Por isso, nesses locais é possível apresentar o papel da Economia Solidária e da agricultura familiar, além de sua relevância para o consumo consciente, as relações de trabalho e a sustentabilidade.

Inclusive no diálogo, face-a-face, com o consumidor sobre os níveis de agrotóxicos contidos na produção de larga escala, que vem afetando, sobremaneira, a saúde coletiva. Sendo esse um dos embates mais contundentes travados pela Economia Solidária, que está alicerçado na 'Campanha Permanente Contra Agrotóxicos e pela Vida', liderada por 30 entidades da sociedade civil brasileira (movimentos sociais, entidades ambientalistas, estudantes, organizações ligadas à área da saúde e grupos de pesquisadores), buscando denunciar o uso desses venenos e conscientizar sobre a relevância da produção saudável (CIRANDAS, 2011).

Outra possibilidade da exposição dessa produção é a ampliação do marketing e, para isso, as mulheres da fabriqueta de doces tem realizado parcerias com a COOPATSUL para a utilização das etiquetas, com logomarcas semelhantes e padronizadas. No entanto, a fábrica tem o próprio selo, mas as associadas reconhecem que poderiam buscar novas parcerias, mesmo com as dificuldades do então momento. Por outro lado, as ações têm viabilizados resultados positivos, tanto que, apesar das dificuldades, a fábrica tem sido procurada para realizar encomendas fixas, inclusive de revendedores da cidade de Aracaju, que geralmente fazem pedidos nos dias de sexta-feira (ENTREVISTA, 2019).

Vale dizer ainda que esses pedidos aumentam, consideravelmente, nos meses de maio e junho (temporada de festas juninas). *"A expectativa é que, esse ano, tenhamos os mesmos pedidos do ano passado, com encomendas de, ao ou menos, 3.000 pés-de-moleque, 200 quilos de bolo e 3.000 pãezinhos de macaxeira"* (INFORMATIVO VERBAL/ENTREVISTA, 2019). Boa parte desses pedidos é destinada a prefeitura, para serem redistribuídos no município. Apesar da importância desse aumento de produção, as ações são temporárias, por isso, as mulheres buscam reservar uma parte daquilo que foi adquirido (excedente) para serem utilizados no custeio de contas dos demais meses do ano.

Sem embargo, no que se refere ao subsídio de professores das áreas de confeitaria, salgados, etc., para capacitar as mulheres e melhorar a diversidade da produção, mas sem perder de vista os produtos base do empreendimento solidário. Para isso, as mulheres, junto à associação, buscaram parcerias com os governos municipal e estadual, com o intuito de apoia-las, financeiramente, na compra de matérias e utensílios de cozinha (como formas, papeis manteiga, etc.).

Dessa forma, por mais que pareçam ações isoladas ou, até mesmo pouco significativas, essa estratégia tem contribuído para a manutenção da Fabriqueta de doces de Salgado/SE, assim como na renda de inúmeras famílias. Assim, mesmo com todas as dificuldades, as mulheres têm construídos meios alternativos de funcionamento. Com isso, é evidente que os processos de Economia Solidária qualificam essas relações de solidariedade, autonomia e democracia, sustentando ações de resistência, tão fundamentais para as perspectivas locais. Por isso, é essencial fomentar a Economia Solidária e ampliá-la nos territórios e nos espaços rurais.

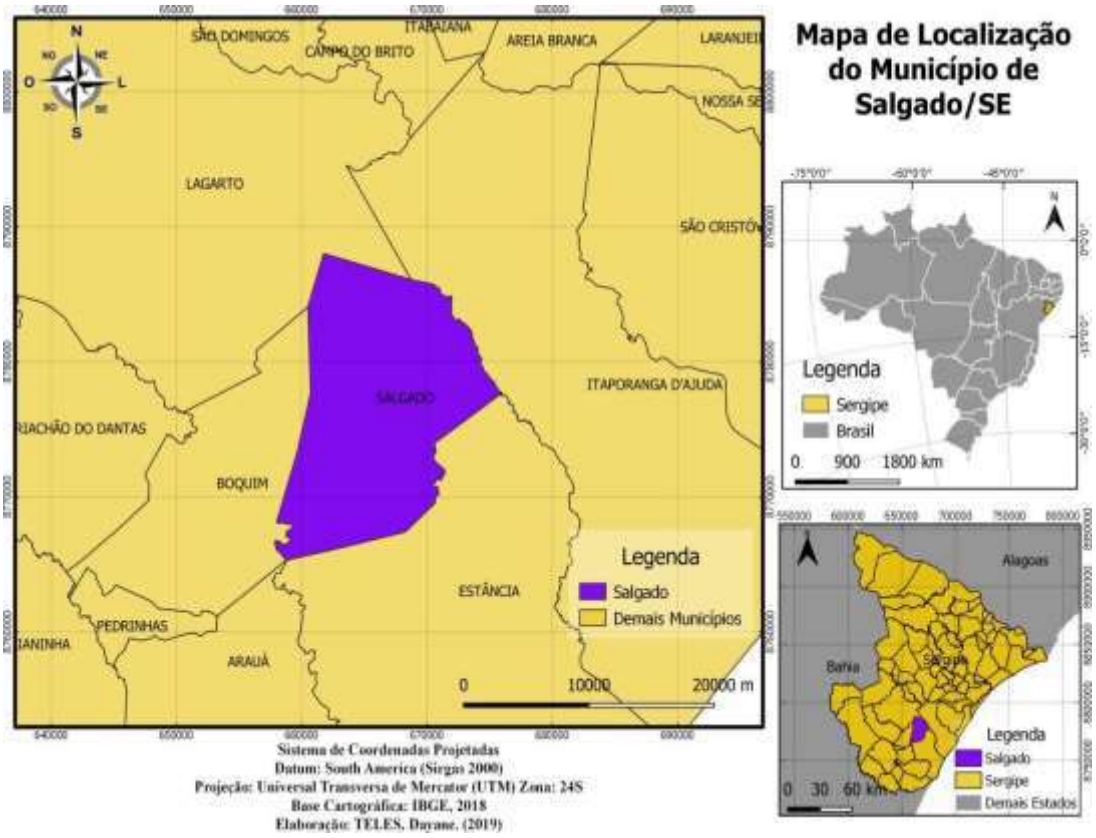
3.Território de planejamento de Sergipe: A Economia Solidária no Centro-Sul

A Economia Solidária tem conquistado destaque em Sergipe, sobretudo na porção sul do estado, ajudando a fortalecer a produção de cooperativas e associações dessa região. Porém, devido à queda dos investimentos, de ordem nacional, influenciando na redução da produção e consumo a nível estadual e municipal, esses empreendimentos solidários vêm arcando com as dificuldades locais. Diante disso, os cooperados e associados buscam estratégias de reprodução para manter o funcionamento da produção e comercialização dessas instituições.

Assim, é importante validar o papel da Economia Solidária na construção de processos coletivos que visem à promoção da autonomia desses produtores.

O município de Salgado está localizado na porção sul do estado de Sergipe e compreende uma área de 247,579 quilômetros quadrados (mapa 01), com uma população de 19.970 habitantes, sendo que somente 7,7%, desse percentual total, são de pessoas que possuem algum tipo de ocupação formal (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE, 2018). Uma realidade não muito diferente dos demais municípios do estado, onde a população acaba por gerar renda através das atividades no meio rural.

Mapa 02: Localização do Município de Salgado/SE.



Fonte: IBGE (2018).

Sobre suas características físicas, o município possui cerca de 85% do seu território sob o domínio do Grupo Barreiras (composto por areias finas e grossas com níveis argilosos a conglomeráticos), enquanto que o caráter hídrico é favorecido pela presença do Rio Piauí, que faz a drenagem principal, além dos rios Piauitinga e Fundo (COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM, 2002) (mapa 01). Portanto, tanto o aspecto social quanto o físico favorecem a produção de lavouras permanentes (acerola, banana, caju, goiaba, graviola, laranja, limão, manga, mamão, maracujá, etc.) e temporárias (abacaxi, abóbora, amendoim, cana-de-açúcar, cebola, fava, feijão, fumo, mandioca, melancia, milho, sorgo, entre outros) da região.

O Território Centro-Sul de Sergipe abrange uma diversidade e dinâmica no espaço rural, a partir da pequena propriedade a Agricultura Familiar se desenvolve e se organiza através de arranjos institucionais (Cooperativas e Associações). Nesse sentido, o espaço rural carrega territorialidades que caracterizam e potencializam

pequenas experiências de relações de cooperação solidária a partir da rede informal que se estabelece entre os agricultores organizados para a garantia da comercialização.

Para entendermos o processo de pelo qual passou o Território Centro-Sul de Sergipe através do Programa Sergipano de Economia Solidária, é preciso compreender umas das fases centrais que perpassa pela a Incubação dos EES, nesse sentido, uma incubadora deve ser entendida, primeiramente, como um espaço de fomento a Economia solidária. De acordo com Culti, 2011, a *Incubação* é "um processo prático educativo de organização e acompanhamento sistêmico ou assessoria a grupos de pessoas interessadas na formação de empreendimentos econômicos solidários, tendo em vista o suporte técnico desses Empreendimentos". Para Moura (2014):

> Especialmente no campo da economia solidária, a tarefa de incubação implica esforço reflexivo coletivo, marcado pela interdisciplinaridade, porque toma referenciais empíricos complexos e extremamente desafiadores, os quais necessariamente emergem da e na prática da extensão universitária comprometida com a redução das desigualdades. (MOURA, 2014, p. 87)

Em suma a Incubação de empreendimentos solidários é uma forma de assessorar grupos sociais que visam à organização coletiva para criação de empreendimentos econômicos solidários. A Economia Solidária é discutida em diversos espaços educacionais, um deles é a universidade. Em muitos estados brasileiros, a universidade tem fomentado a discussão e a vivência dessa temática tanto no campo acadêmico quanto nas comunidades rurais.

Segundo (Moura, 2014) é através do ensino, pesquisa e extensão que a Economia Solidária encontra campo de atuação e desenvolvimento de suas práticas no meio acadêmico, de forma mais precisa, por meio das incubadoras universitárias as quais assessoram os empreendimentos econômicos solidários se articulando com as políticas públicas.

Os trabalhos desenvolvidos no sistema da Economia Solidária necessitam buscar a auto-gestão dos empreendimentos. nesse contexto, todas as discussões, necessariamente devem ser construídas no coletivo, por isso, Culti, 2011 desenvolveu a seguinte metodologia: 1-Seleção das demandas discutidas no coletivo do Núcleo/Incubadora; 2- Capacitação permanente dos

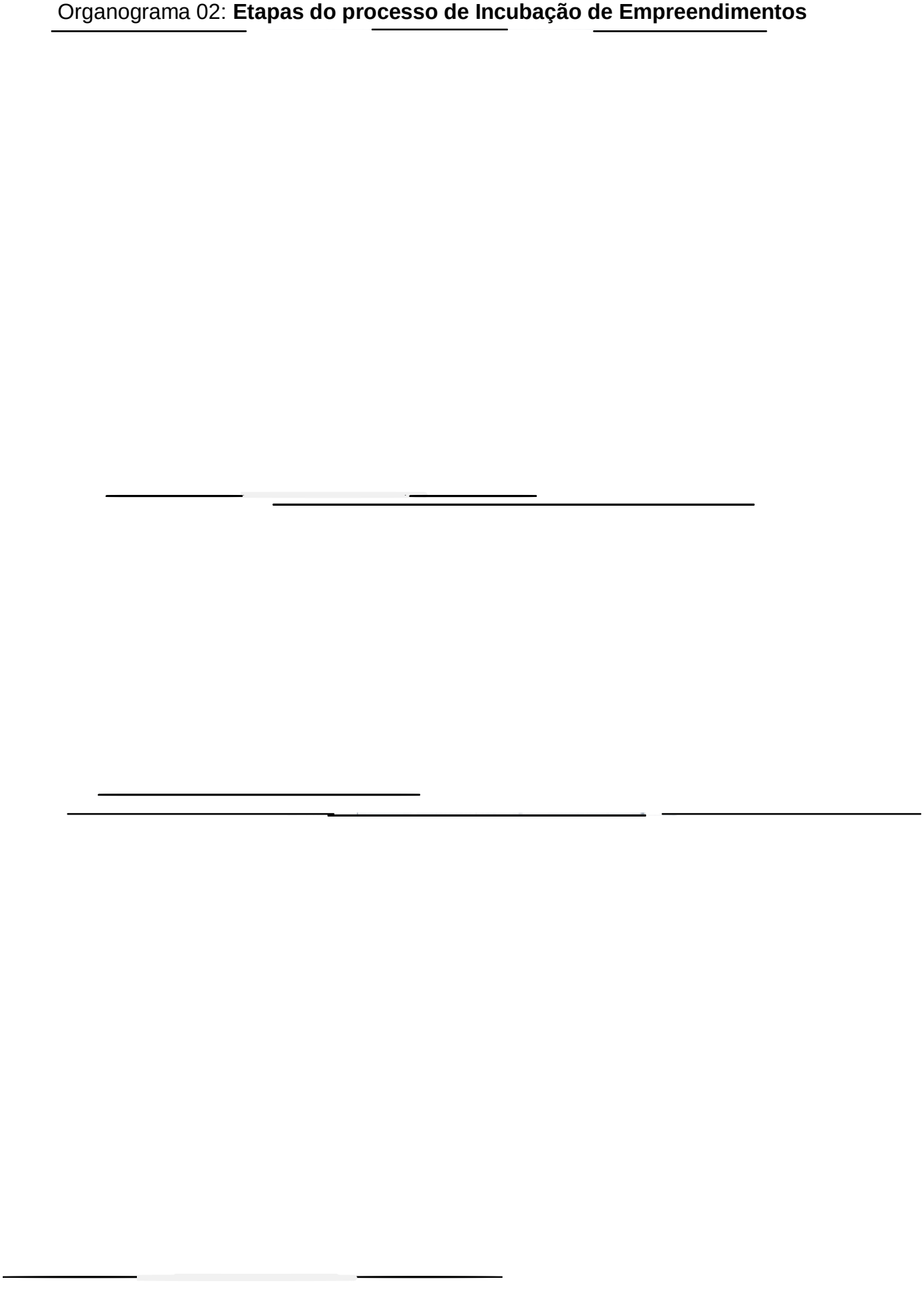
orientadores/educadores (professores, técnicos e acadêmicos) das diferentes áreas de atuação por meio de Grupos de Estudos programados, abordando temas relativos às transformações no mundo do trabalho, geração de trabalho e renda, cooperativismo/associativismo de produção, trabalho e crédito, cadeias produtivas, avanço tecnológico, desenvolvimento sustentável, redes de comercialização, parcerias, processo de incubação, autogestão, planos de negócios, entre outros;

O procedimento metodológico agrega práticas orientadoras para a geração de trabalho/renda e acompanhamento/assessoramento técnico e de relações interpessoais nos empreendimentos, bem como debates esclarecedores da relação de trabalho cooperativo e de desenvolvimento da cidadania, como elemento orientador do processo de incubação, visando a inserção eficiente e efetiva do empreendimento no mercado.

O método pedagógico praticado ocorre por meio de um processo de construção interativo/dialógico entre os membros da equipe orientadora, e os trabalhadores do grupo atendido, com vistas a: 1- União e troca de saberes acadêmicos e dos saberes populares, 2- Compreensão do conjunto do funcionamento no empreendimento (visão de totalidade integrada), 3-Estímulo a formação da identidade de grupo, democracia interna e sua autonomia frente aos orientadores (educadores)

CULTI, 2011 também organizou etapas que ela chama de “fases da incubação”. Segundo a autora, as fases não seguem necessariamente a ordem apresentada em seguida, e podem ocorrer de forma simultânea, dependendo da dinâmica organizacional interna de cada grupo de trabalhadores beneficiários.

Organograma 02: **Etapas do processo de Incubação de Empreendimentos**



Fonte: MOURA, 2014

Organização: FEITOZA, 2020.

De acordo com Moura (2014), a primeira fase da incubação corresponde a um tempo de sensibilização e diagnóstico que inclui o diálogo de aproximação com os empreendimentos. Durante essa fase é analisado a viabilidade econômica do empreendimento, Ainda segundo a autora, “Após essa fase, inicia-se um período de trabalho intensivo de incubação propriamente dita, com uma presença forte da incubadora, porém dentro do princípio da subsidiariedade para não criar dependências”. (Moura, 2014).

Em Sergipe o programa de Economia Solidária veio através dos encaminhamentos discutidos no Encontro Estadual que tinha como perspectiva pensar e construir um novo modelo que organizasse os trabalhadores através da ampliação de alternativas de trabalho e renda no estado. Dessa forma, o Programa previa etapas de organização e mobilização das comunidades que apresentasse potencial de empreender na Economia Solidária.

No ano de 2013, O Governo estadual de Sergipe realizou um mapeamento nos 8 territórios de planejamento com intuito de verificar a real situação das instituições no espaço rural e urbano, nesse processo foi formada uma equipe que tinha como incumbência identificar as organizações de economia solidária. Esse mapeamento foi de fundamental importância, pois eram insipientes os dados sobre Economia Solidária no estado, sendo possível através deste elaborar um plano de trabalho e de ações territoriais que atendessem a demanda e necessidade dos empreendimentos.

A agenda construída previa um período de 3 anos para estruturar o programa de Economia Solidária no estado, com ações pontuais permanentes, nesse processo estavam envolvidos os atores que costuraria o começo do que seria a política estadual de economia solidária, eram eles o Movimento de Economia Solidária, o Fórum Estadual, e o Governo do Estado, sendo através do Fórum a mediação entre a demanda popular do movimento e a negociação do governo.

Em dezembro de 2013, o Governo de Sergipe, por meio da SETRAB,(Secretária do Trabalho) firmou convênio na ordem de R$ 6.300.000,00 junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, através da Senaes, para execução de ações

integradas de economia solidária. Os recursos garantirão a implantação do Programa Estadual de Economia Solidária, série de ações voltadas a afirmar a Economia Solidária como um novo modelo de desenvolvimento, sustentável, includente e solidário em Sergipe.

Quadro 07: **Ações do Programa Sergipano de Economia Solidária para os Territórios de Planejamento, 2013.**

PROGRAMA SERGIPANO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Fonte: Fórum Estadual de Economia Solidária-FEES/2013
Organização: FEITOZA, 2020

O programa foi lançado como ação para divulgar a agenda da Economia Solidária, o evento foi realizado na Praça Fausto Cardoso, no Centro de Aracaju, através do Governo do Estado, por meio da Secretaria Estadual do Trabalho (Setrab) em parceria com o Fórum Estadual de Economia Solidária e apoio da Secretaria Nacional da Economia Solidária – SENAES, do Ministério Trabalho e Emprego – MTE. A Secretaria tem à frente o economista Paul Singer, responsável pela introdução da Economia Solidária no Brasil. O Programa Sergipano de Economia Solidária teve como objetivo a promoção do conceito

diferenciado que tem a evolução social como pano de fundo, onde a cooperação e não a competição seja a ferramenta principal do trabalho.

> “Essa é uma vertente importante da economia. Nosso estado está se destacando muito e tem sido modelo de atuação para o País. A gente tem que pensar na economia solidária como forma de ajudar a esses produtores de todo o estado e acalentar um sonho, um projeto de Paul Singer, que é uma figura emblemática para o nosso País. É um projeto que prevê várias ações, dá oportunidade a pessoas empreendedoras, e, acima de tudo, se volta a situação econômica dos mais carentes, dos mais pobres, esse que é um dos principais eixos do governo de Dilma Rousseff e que casa muito bem com o governo de Jackson Barreto. O projeto abrange todo o estado, dando oportunidades a todos e fortalecendo nossa economia. O mais importante é a gente ver pessoas do povo, através de diversas cooperativas, desse tipo de empreendimento, tomar gosto pela vida e aumentar sua autoestima e saber que estão fazendo algo importante para melhorar suas vidas e da sua família”, (Governador Jackson Barreto, 2013).

Essas ações do Governo visavam atrair investimentos para o estado, gerando desenvolvimento e inclusão produtiva. Dessa forma, inserir os pequenos produtores que trabalham com a agricultura familiar no circuito da Economia solidária, medida de valorização do trabalho alavancando uma dinâmica no espaço rural por parte da produção e da comercialização sergipana.

> “A gente tem que ter uma visão do estado como um todo, cuidar da economia solidária, incentivar um investidor que quer implantar novas empresas no estado e que irão gerar emprego e renda. Esse governo tem uma visão macro, mas tem um olhar diferenciado para as pessoas mais pobres que são justamente o foco do governo”, (Governador Jackson Barreto, 2013).

A partir desse cenário, o Governo do Estado firmou um compromisso de implantar o Programa Sergipano de Economia Solidária, em que foi construído no Encontro Estadual a partir das potencialidades da economia solidária no estado, participaram 2.500 empreendedores da economia solidária dos oito territórios de desenvolvimento (Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste Central, Leste, Sul, Centro Sul e Grande Aracaju).

> "Este é um momento ímpar para a Economia Solidária! Nós, pequenos agricultores, agradecemos, pois todos nós sabemos o quanto este governo tem feito pela agricultura familiar no nosso estado. Claro que é preciso que se faça muito mais, pois a agricultura familiar é uma das maiores geradoras de emprego no nosso estado” (J. C, representante da CENTRAFES, 2013).

De acordo com o representante da Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Sergipe (CENTRAFES), a implementação do

Programa atenderá principalmente as demandas do campo sergipano, aonde pouco se investe sendo importante ações que dinamizem as atividades principalmente na fase da comercialização que constitui o maior entrave da produção da Agricultura Familiar do estado.

> "Traçamos um caminho diferente, através de uma economia que tem como base e prioridade o ser humano. A economia solidária, e este governo, enxergam a agricultura familiar como um setor estratégico e valoriza uma série de empreendimentos como o extrativismo e o artesanato. A renda, que é o suor e lágrimas de todos nós, é nosso orgulho, porque é através da nossa produção e da educação que alcançamos nossos objetivos. É possível, sim, fazer uma sociedade diferente, uma economia diferente. Inauguramos aqui, uma nova fase para a Economia Solidária de Sergipe", (A.S, representante da Cooperativa de Transportes, 2013).

Neste sentido, a análise realizada sobre o Programa Estadual de Economia Solidária pelo representante do FEES, foi no viés que tanto economia solidária e a agricultura precisam ser valorizadas, sendo duas atividades complementares, já que 75% da alimentação que chega à mesa do sergipano vem deste tipo de produção. Nessa perspectiva foi assinada a Mensagem de Projeto de Lei que alterava a denominação da Secretaria do Estado do Trabalho (Setrab) para Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária (Setrabes), adequando sua nomenclatura a suas atribuições legais, contemplando o fomento às políticas públicas direcionadas ao fortalecimento da economia solidária.

O apoio também se estenderia à comercialização e às finanças solidárias, por meio da implementação de bancos e redes de bancos comunitários, através da estruturação e promoção de quatro bancos comunitários; e realização de investimento em 250 empreendimentos econômicos solidários. A análise de Singer em relação aos projetos desenvolvidos de Economia Solidária em Sergipe tinha potencial para ser uma experiência exitosa, via as organizações de cooperativas de transporte, de catadores e de recicladores e de Agricultura Familiar. Segundo o autor, Sergipe ensaiava experiências embrionárias que poderiam constar como referência por colecionar diversos exemplos de economia solidária em franca expansão.

Outras ações de destaque do Governo do Estado em apoio à Economia Solidária foram o Programa de Distribuição de Sementes, que beneficia 55.000 famílias; fortalecimento da rizicultura no Baixo São Francisco, onde foram distribuídas 400 t de sementes em 2013, beneficiando mais de 1.000 famílias

com um investimento de R$ 600 mil. O Mão Amiga Cana e Laranja, com 34.225 benefícios em 05 edições – R$ 26.011.000,00. As Feiras da Agricultura Familiar, assegurando mercado e inserção de 360 famílias de agricultores familiares de 15 municípios e a utilização de métodos agroecológicos e a adoção de medidas de proteção ambiental, controlando a emissão de resíduos das feiras, com investimento de R$ 1,327 milhão.

O PAA-Frutos da Terra (PAA – Compra Direta com Doação Simultânea) também está entre as iniciativas. Em 2013, foram beneficiados diretamente 152 produtores familiares com a venda dos seus produtos ao programa, sendo que, 162 entidades sócio assistenciais receberam as doações dos alimentos, com um público de 33.839 pessoas beneficiadas.

3.1 Incubação dos Empreendimentos Econômicos Solidários do Centro Sul Sergipano.

O processo de Incubação que ocorreu no ano de 2015 no Estado de Sergipe através do Convênio MTE/SENAES Nº 00062/2013 firmado em dezembro de 2013, pelo Governo do Estado de Sergipe, via Secretaria de Estado do Trabalho (hoje SEIDH- Secretaria de Estado da Mulher, Inclusão, Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos), no qual o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária, objetivava a realização de ações integradas de Economia Solidária para o desenvolvimento local e territorial.

Para isso seria realizadas assessorarias nos empreendimentos com práticas de Economia Solidária (Cooperativas e Associações), nos 50 Empreendimentos selecionados a partir do CADSOL distribuídos nos 8 Territórios de Planejamento. Neste sentido tomaremos como recorte um território que abriga uma diversidade de organizações que tem como relação a prática solidária na economia. A partir do Centro- Sul de Sergipe analisaremos a conformação do que foi a Incubação e quais resultados foram deixados. Nesse viés, tomaremos como parâmetro o município de Salgado/SE a partir da Cooperativa COOPATSUL, local onde aconteciam as facilitações das temáticas trabalhadas no módulo e eixo da educação popular em Economia Solidária.

Figura 03: **Sede da Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Sul de Sergipe-COOPATSUL/Salgado/SE, 2020.**

Sede da COOPATSUL/Salgado/SE
Foto: FEITOZA,2020

O município de Salgado ainda possui grande notoriedade pela presença de cooperativas de agricultura familiar, a exemplo da Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Sul de Sergipe (COOPATSUL). É necessário salientar que durante o ano de 2015, esta cooperativa foi selecionada através do CADSOL (Cadastro Solidário, que é uma espécie de controle fiscal para melhor funcionamento dos arranjos institucionais da economia solidária).Para participar do processo de incubação no seu território, a incubação durou três meses, compreendendo a primeira fase de educação popular, sendo uma experiência genuína no âmbito da economia solidária uma experiência fundamental para a construção de uma consciência que respeite à natureza e fortaleça as relações humanas e solidárias (FEITOZA *et al*, 2017).

A Incubação foi realizada no município de Salgado, durante 03 meses, com um encontro semanal, na Cooperativa dos Produtores Agrícolas Ao Território Sul de Sergipe coordenado por uma equipe de educadores populares, nesses encontros se discutiam temáticas pertinentes a realidade local e a prática de Economia Solidária no Território Centro- Sul participavam Cooperativas e

Associações de Agricultura Familiar que foram identificadas no mapeamento de 2014. O objetivo da Incubação estava ancorada em trabalhar com a educação popular em economia solidária com fundamentos no livre trabalho, com respeito à natureza, e fortalecendo as relações humanas e solidárias. (Quadro 06)

Quadro 08: Processo de Incubação do Território no Centro-Sul de Sergipe, 2015.

Incubação no Território Centro Sul Sergipano

Fonte: Fórum Estadual de Economia Solidária, 2015.
Organização: FEITOZA, 2017.

Neste viés, os encontros objetivavam promover a participação democrática e um espaço solidário aonde se valorizasse as trocas de saberes e experiências acumuladas em suas trajetória. Foram os representantes da Cooperativa dos Produtores Agrícolas Ao Território Sul, a Associação Comunitária de Cabral, Associação de Desenvolvimento do Povoado Moendas, e a Associação Comunitária dos Moradores do Povoado Tombo, Cooperativa de Agricultura Familiar e Economia Solidária do Município de Simão Dias, selecionados dentre 50 empreendimentos distribuídos nos oito territórios sergipanos, para serem incubados.

Nos encontros os temas transversais como meio ambiente consumo, finanças solidárias e comércio justo eram mediados de acordo com a realidade

de cada instituição, como o processo de Incubação sugere um acompanhamento, uma espécie de “nutrição”para fortalecer algo que se encontra estruturalmente deficiente dessa forma eram vistas as cooperativas e associações na pratica da Economia Solidária, que haviam necessidades de compreender o funcionamento de uma economia horizontalizada.

Figura 04: **Representantes da Associação de Moradores do Povoado Moenda, 2015.**

Representantes da COOPATSUL-Salgado/SE
Foto: FEITOZA, 2015

Nesse sentido, foram levantados indicativos de avaliação para os empreendimentos em duas fases, a 1º etapa ocorreu através da avaliação oral, de discussões, remetendo desde o primeiro encontro até o décimo, salientando e resgatando as propostas do planejamento de Incubação através da avaliação e monitoramento do processo. A 2º etapa ocorreu através da gestão dos empreendimentos, em que os representantes de forma metodológica avaliaram as demandas, potenciais e fragilidades locais e do âmbito do empreendimento através de mapas socais.

Figura 05: **Representante da Cooperativa de Agricultura Familiar e Economia Solidária do Município de Simão Dias, 2015.**

Representante da COOPERAFES- Simão Dias/SE
Foto: FEITOZA, 2015.

Nesse viés, as facilitações a partir do encontro territorial promoveram a participação democrática de todos aqueles que estavam envolvidos através da dinâmica da educação popular, nesse entendimento é valido destacar que a compreensão aqui revela fundamentalmente o papel dos atores sociais como os principais agentes modeladores do espaço rural, sendo através da cooperação coletiva e a partir da inserção destes nas Cooperativas e Associações que corroboram para as diferentes dinâmicas no mundo rural ao que se situa a organização produtiva e comercialização.

Figura 06: **Representantes da Cooperativa de Agricultura Familiar e Economia Solidária do Município de Simão Dias, construindo um mapa social da realidade local.**

Representantes da COOPERAFES- Simão Dias/SE
Foto: FEITOZA, 2015.

De acordo com o Programa Sergipano de Economia Solidária, a Incubação dos 50 empreendimentos seria a primeira fase de condução das instituições que levariam ao êxito nas praticas econômicas e solidárias no estado. Após essa fase os empreendimentos seriam acompanhados e monitorados até que se chegasse a uma estrutura mais sólida, dessa forma passariam a constituir através das relações autogestionárias um espaço democraticamente econômico e alinhado com as questões ambientais.

Podemos avaliar que o Programa Sergipano de Economia Solidária, avançou de forma muito vagarosa e que ainda assim encontrava entraves em sua execução, sendo esses empecilhos processos contraditórios de cunho político que reverberava na continuação do programa, ao passo que o FEES pressionava a continuação o governo alegava a falta de recurso, mesmo com

um orçamento suficiente exequível para realizar de forma exitosa as fases previstas no programa.

Nesse viés, o processo foi interrompido por entraves de ordem politica, dentro desse projeto previam 4 etapas. Incubação, Acompanhamento Técnico, Fiscalização através do Cadastro Solidário- CADSOL, e a Entrega de Equipamentos para os empreendimentos incubados. O projeto tinha como prazo de execução de 3 anos, no entanto apenas a incubação foi posta em prática apenas nos primeiros três meses do ano de 2015.

A partir da experiência da Incubação, mesmo que não concluída de forma satisfatória, sementes foram gestadas e nutridas para se transformar em experiências embrionárias através das redes no Território Centro-Sul. A ideia de estabelecer uma rede horizontalizada de cooperação surgiu da fragilidade da comercialização entre os empreendimentos, a exemplo da Fabriqueta de doces do Povoado Tombo localizada no município de Salgado/SE, que estabelece uma rede informal com a COOPATSUL para garantir a comercialização de seus produtos.

Apesar dos percalços rebatidos nesse processo o movimento de Economia Solidária continua parte do projeto de forma autônoma apoiada pelo Fórum Estadual de Economia Solidária, a Rede nordestina de educadores popular vinculada a Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE e a Rede Xique-Xique do Maranhão. Este tripé fortaleceu a base da Economia Solidária em todos os territórios, durante essa parceria foi firmada uma rede solidária entre os trabalhadores da economia solidária em Sergipe.

Figura 07: **Pequena feira agroecológica realizada pelos agricultores e mulheres doceiras do município de Salgado/SE**

Fonte: Trabalho de Campo
Organização: FEITOZA, 2018.

Neste sentido, apesar dos impasses encontrados e a não conclusão do convênio da Senaes a Economia Solidária recria espaços aonde a democracia, a solidariedade e o direito a vida estão sempre presentes, a reinvenção advém do cotidiano da luta diária do trabalhador do campo e da cidade, dos povos tradicionais, ribeirinhos, quilombolas e as mulheres que ressignificam sua existência e resistência frente e meio ao Estado neoliberal e ao Capital.

Dessa forma, atualmente essa Cooperativa contribui para a geração de renda de seus cooperados e de pequenos produtores das áreas adjacentes, isso porque, seu abastecimento se dá pela produção de pequenos empreendimentos solidários do município, como a fabriqueta de doces de Salgado/SE, que atualmente mantém suas atividades em parceria com a Associação Comunitária dos Moradores do Povoado Tombo, localizada na zona rural, com distância aproximada de pouco mais de 500 metros, da cidade de Salgado/SE.

Nessa perspectiva a política pública de economia solidária, vem realizando de certa forma ainda que travada pelos diversos problemas com pequenos saltos de qualidade, nas comunidades que esta política chega de forma digna. A

Economia Solidária, através de suas práticas sociais, tem a possibilidade de produzir um espaço diferenciado, e menos desigual. No entanto, é preciso salientar as graves falhas que houveram na execução do Programa Sergipano de Economia Solidária, por parte de principalmente do estado da e fiscalização do FEES, que nessa fase se eximiu da tarefa de criar um conselho fiscalizador dos recursos da política pública para melhor acompanhar a execução do programa.

4 -Considerações Finais

A economia solidaria não é um ato revolucionário por que não rompe com as estruturas pilares do capital e nem com seus imperativos, a saber o Estado e o mercado, mas ela aponta para um horizonte onde se pode construir uma nova sociabilidade pautada em valores humanos.

Na década de 90, as ações da Economia Solidária estiveram muito relacionadas ao trabalho como uma forma de organização diferente, em que não era o trabalho autônomo nem o subordinado com carteira assinada. Nesse sentido, o Estado também reconheceu essa forma de organização como diferente diante das questões levantadas a partir de um novo direito e da prática da cidadania, e na garantia que as pessoas teriam a possibilidade coletiva de forma associativa e sustentável.

A questão fundamental que o Estado pode contribuir para esse sentido e, portanto para a política de Economia Solidária já que esta estava voltada a organização do trabalho e de trabalhadores nas comunidades pobres, e representa uma política de inclusão de pessoas no mundo do trabalho, via cooperação seria necessário promover um outro desenvolvimento.

Seria preciso desenvolver um conjunto de novas atividades que permitissem e viabilizasse o associado e o cooperado a se realizarem por meio da Economia Solidária, nesse sentido a política de Economia Solidária não é uma política apenas de trabalho podemos considerar como também uma política de desenvolvimento que promove outro tipo de desenvolvimento, é uma política que gera a perspectiva de emancipação (ou autonomia).

Dessa forma, é necessário que o Estado garanta o acesso aos meios de produção, a luta da reforma agrária a demarcação de terras de povos e comunidades tradicionais, já no ambiente urbano, dá acesso aos ambientes públicos as fábricas e os espaços para a produção e comercialização, ou seja, as estruturas materiais para o desenvolvimento das atividades ligadas a isso o crédito e as finanças o acesso ao mercado à possibilidade de comercialização, mas fundamentalmente permita também com o que é Economia Solidária e que efetivamente tenha acesso aos chamados mercados institucionais.

No Brasil, por exemplo, tivemos dois programas, portanto nesse sentido o Programa de Aquisição de Alimentos- PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, programas importantes porque ligou a comercialização a compra da alimentação a organização associativa e cooperativa dos produtores de alimentos dos agricultores familiares, nesse sentido seria interessante que essas políticas fossem estendidas para os outros setores da Economia Solidária.

Outro tema para destrinchar o que é essa política, é a questão da transversalidade da política de Economia Solidária, sendo necessariamente uma política que dialoga com outras políticas de desenvolvimento rural, de desenvolvimento urbano, política ambiental, resíduos sólidos; pois a Economia Solidária não é um setor econômico, ela está em vários setores da economia. Não é uma expressão de um grupo populacional ou de um segmento da sociedade, ela está presente em vários grupos e segmentos, como juventude, mulher e, portanto, a Economia Solidária por seu caráter transversal, necessariamente tem que haver transversalidade na organização da política.

Ao mesmo tempo Economia Solidária tem suas especificidades em suas identidades, no entanto também é importante que a Economia Solidária tenha visibilidade dentro de outras políticas públicas. Essa política precisa construir seu intrínseco processo organizativo, ocupando o seu espaço na estrutura do Estado, e em suas institucionalidades para atuar, de certa forma, para dar um tipo de racionalidade “não egoísta”. Dessa forma, chamamos a atenção para o fato da Economia Solidária defender um processo de autonomia o que poderia afetar a própria noção de Estado, a estrutura e a função do Estado que fundamentalmente é autoritário e socialmente excludente.

À medida que a Economia Solidária vai adentrando nas estruturas do Estado é preciso que ele seja mais participativa, nesse sentido a organização da Economia Solidária está dentro do que chamamos no Brasil de “um sistema de políticas públicas” que consiste em organizar a participação direta dos atores sociais, bem como do controle social em institucionalidades como os conselhos, as conferências, etc. garantindo desenvolver mecanismos de intersetorialidade,

efetivando a articulação entre as políticas e promover a descentralização, com viés democrático.

No caso do Brasil temos as questões dos municípios, dos estados e da União, cuja responsabilidade entre os três níveis político-administrativos poderia haver uma sobreposição de ações no mesmo território, por isso é fundamental que a política se organize sob forma de sistemas e, portanto, tenha um marco legal regulatório dentro da legislação e que reconheça os direitos da organização associativa e cooperativa dos atores sociais, além de auxiliar na proteção social.

É fundamental que os conselhos municipais, estaduais e nacionais realizem conferências, pois elas estruturam os mecanismos de participação e controle social na política e articulam o diálogo da sociedade civil com os atores institucionais, sendo preciso que a Economia Solidária tenha espaço em outros conselhos, como o de desenvolvimento rural, da cidade, da juventude e mulheres para também garantir essa transversalidade.

Pelos termos, deve-se promover a organização planificada da Economia Solidária nos territórios, nos municípios, nas regiões e territórios. E no âmbito nacional tenha uma estratégia planejada de forma participativa sobre forma de planos para que a ação dos governos e ações dos estados em parceria com a sociedade civil possa promover e fortalecer a Economia Solidária, tanto no plano âmbito local quanto no plano nacional, para que esta política contribua para desenvolvimento social e econômico.

A economia solidária não pode ser uma condição de precarização da vida das pessoas, mas uma forma de emancipação de melhoria, para isso é importante que tenha um reconhecimento no espaço institucional dentro da estrutura do Estado como uma secretaria, departamento, ou uma coordenação e servidores públicos dedicados a esta política. Além disso, é necessário que parte dos recursos públicos sejam destinados especificamente a política pública de Economia Solidária, por isso os planos plurianuais, e as leis orçamentárias precisam prover rubricas específicas para Economia Solidária além de ter fundos públicos.

No caso especifico de Sergipe, é preciso analisar os estágios de desenvolvimento que a política pública de Economia Solidária perpassou, a começar pela formação do Fórum Estadual que no momento de ascensão da política em nível nacional foi criado com intuito de organizar o movimento através das práticas de Economia Solidária. No entanto, percebeu-se que houve certo aparelhamento desse mecanismo pelo Estado/Governo através do que se pode denominar de “apadrinhamento” político, ou seja, o avanço da política pública de Economia Solidária em Sergipe operava pelo grau de interesse dos atores políticos, através das chamadas subvenções, abrindo para práticas de corrupção, e que nos últimos anos o Quarto Poder (ministério público federal) tem atuado em conter essa sangria, mas que tenha contribuído na criminalização da política, inclusive na ascensão de uma nova direita em Sergipe, mas perigosa que as velhas oligarquias estaduais.

Assim, as ações de Economia Solidária durante o ano de 2004 até o ano de 2014 foram basicamente voltadas para as práticas econômicas solidárias do espaço urbano, através de feiras, como os produtos artesanais. Apenas em 2015, o espaço rural foi pensado dentro do Programa de Economia Solidária a partir dos empreendimentos da Agricultura Familiar. Nesse viés, os 50 EES dos Territórios de Planejamento foram estrategicamente selecionados para alavancar a dinâmica rural da Economia Solidária. Para isso o processo de Incubação foi colocado em prática estabelecendo um planejamento que se continuado poderia ter sido exitosa.

Consideramos que a analise a partir da experiência no Centro-Sul de Sergipe, sobretudo no espaço rural do município de Salgado não criou vínculos a continuidade do Programa, uma vez que o processo de Incubação tinha acompanhamento apenas de uma equipe de educadores populares via FEES sem relação com outras instituições como universidades, empresas tecnológicas, ou seja, a função da incubadora se concretizou somente na divulgação e na identificação das relações que os empreendimentos estabelecia.

As etapas de instrumentalização fundamentalmente importante que se tratava da autogestão princípio central na Economia Solidária foi negligenciando, como também os centros de comercialização territorial que se tornaram obras

estruturais sem função social para a Economia Solidária. A interrupção do Programa sergipano foi como uma onda desanimadora para esses empreendimentos, pois, quando se ensaiava uma experiência ainda que embrionária os recursos foram exauridos e sem nenhuma resposta ao movimento de Economia Solidária.

Dessa forma, a estrutura que estava começando a se erguer para assim funcionar teve essa ruptura sem previsão de retomada. Entretanto movimento da Economia Solidária através do FEES, ainda tenta negociar estratégias e aprovar leis acessórios como o Marco Regulatório e o Conselho de Economia Solidária. Apesar dos percalços enfrentados pelo movimento e sobretudo pelos EES, há tentativas de se reproduzir de forma digna sem a tutela do Estado, que desde o ano de 2016 vem passando por cortes orçamentários até o desmembramento da SENAES, fato que abalou a Economia Solidaria nacionalmente.

Nesse sentido, é preciso pensar qual o espaço estamos construindo através da Economia Solidária? Se há um limite de atuação da política pública junto ao movimento? E como a Economia Solidária vem sobrevivendo em meio ao desmonte do Estado, políticas públicas sociais e o avanço de um mercado ultraneoliberal? São essas indagações que se forjam diante do contexto atual que para serem respondidas sugere pensar a Economia Solidária para além da política pública de resposta as crises e entender sua função social como uma possibilidade de uma outra forma de se viver, de construção de uma nova sociabilidade, mas isso apenas será mostrado a partir do movimento da sociedade que apontará para novos/outros horizontes.

5. Referências Bibliográficas

AZEVEDO, A.B.A.; GITAHY, L. 2010. **The Cooperative. Movement, self-management, and cooperativeness: the case of Mondragón Corporación Cooperativa**. Working USA: The Journal of Labor and Society, 13:5-29.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário. **PRONAF:** 20 anos de apoio aos agricultores familiares. Brasília, 2015.

BORON, Atílio. **O pós-Neoliberalismo é uma etapa em construção**, *in* SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org)*. Pós-neoliberalismo: as politicas sociais e o estado de democrático*. 6. ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

CARVALHO, Mariana C. **Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão**. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

CASTELLS, M. **A era da informação. A sociedade em rede**. Vol.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CULTI, Maria N.; KOYAMA, Mitti A. H; TRINDADE, Marcelo. Economia Solidária no Brasil: **Tipologia dos empreendimentos econômicos solidários**. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

CULTI, Maria Nezilda. **O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários**. 2006. 248 f. Tese (Doutorado).

CULTI, Maria Nezilda. **Processos de Incubação na economia solidária: Uma construção coletiva de saberes**. / Organizado por Robinson Henrique Scholz. – São Leopoldo: Oikos, 2014.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

CORAGGIO, J.L. 2000. **Da economia dos setores populares à economia do trabalho**. In: G. KRAYCHETE; F. LARA; B. COSTA (orgs.), Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, Vozes.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. **Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social**. In: DAGNINO,

Renato (org.). Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004.

Engels, Friedrich. **Herrn Eugen Dührings Umwälzung der Wissenschaft**. Berlim, Dietz Verlag, 1955 (3ª edição publicada originalmente em 1894).

FEITOZA, Daniela S. COSTA. José Eloízio. **O processo de Incubação solidária no território centro sul de Sergipe.** In: SOBER NORDESTE, 2017. Itabaiana/SE, 2017.

GAIGER, Luiz Inácio**. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular?** In: GAIGER, Luiz Inácio (org.). Formas de combate e de resistência à pobreza. São Leopoldo: Editora UNISINOS. 1996.

GAIGER, Luiz Inácio. **A outra racionalidade da economia solidária**. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 79, p. 57-77. 2007.

GAIGER Luiz I. **A economia solidária no Brasil**: uma análise dos dados nacionais. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GUERRA, Alexandre; *et al*. Brasil 2016: **Recessão e golpe**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

GODOY, Tatiane Marina Pinto de. **O Espaço da economia solidária: a autogestão na reprodução das relações sociais e os limites da emancipação social.** Rio Claro, 2009

_____Economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial ou de desenvolvimento local?, 2015.

_____Economia solidária e território: produção de espaços democráticos e participativos, OtraEconomía, 2014

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço***.* São Paulo, Annablume. 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MANCE, E. A. **A revolução das redes – A colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petropolis: Vozes. 1999.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato (Coautor). **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MONTEIRO, Alcides A.; MONTEZ, Mário M. Sentidos de mobilização e de desmobilização da ação coletiva. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 21, nº 1, abril, 2015.

MOURA, Eliana Maria Gonsalves. O **que estamos fazendo quando incubamos? Economia solidária e incubação: uma construção coletiva de saberes**. / Organizado por Robinson Henrique Scholz. – São Leopoldo: Oikos, 2014.https://unilasalle.edu.br/public/media/4/files/Economia%20solidaria%20e %20Incubacao-E-book.pdf acesso em 28 de outubro de 2017.

MENDES, T. **Iniciativas e empresas no espaço rural**. *Os Territórios de Baixa Densidade em Tempos de Mudança*. Universidade de Coimbra, 2009.

OLIVEIRA, Maria A. S. **Entrevista (maio de 2019)**: arquivos em MP3. Entrevistador: Daniela Santos Feitoza e Fabiana dos Santos Pinheiro. Salgado/SE, 2019.

ORTIGOZA,S. A. G. **O Papel Do Território Nos Desafios Da Organização E Consolidação Das Redes Solidárias,** I CONPES, 2015.

PEREIRA, Luíz Carlos Bresser. **Uma reforma gerencial da administração pública no Brasil**, *in*: *Anais do Congresso da Associação Internacional de Ciência Politica*. IPSA. Seul, agosto de 1997.

PIRES, E.; MÜLLER, G.; VERDI, A. **Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos**. In: Geografia – Associação de Geografia Teorética, Rio Claro-SP, v. 31, n. 3, p. 437-454, set./dez. 2006.

POLONYI. Karl. **The Great Transformation** Tradução autorizado do idioma inglês do edição publicado por Rinehart & Company Copyright © 1944 Karl Polanyi, Copyrigh 1972 Marie Polanyi ,2000, Editora Compus Ltda.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial**. Território. Ano IV, n. 6, p. 5-20, Rio de Janeiro, 1999.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. Record, São Paulo. 2000.

_____. **O retorno do território**. In: OSAL :Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005- .

SERGIPE. Governo de Sergipe. **Jackson entrega fábrica de doces, autoriza pavimentação e inaugura clínica em Salgado**. Sergipe, 2014. Disponível em: <http://www.agencia.se.gov.br/noticias/governo/jackson-entrega-fabrica-de-doces-autoriza-pavimentacao-e-inaugura-clinica-em-salgado>. Acesso em: 09 de jun. 2019.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Avaliação de Políticas Públicas: Teorias e Práticas**. Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2013.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIQUEIRA, Edmar R.**O território rural centro-sul de Sergipe**. Aracaju: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)- Tabuleiros Costeiros, 2010.

SCHIOCHET, V. . **Da Democracia a Autogestão. Economia Solidária no Brasil**. In: Benini, Edi; Faria, Maurício Sardá; Novaes, Henrique; Dagnino, Renato. (Org.). Gestão Pública e Sociedade. Fundamentos e Políticas de Economia Solidária. 1ed.São Paulo: Outras Expressões, 2011, v. 2, p. 17-46.

SCHUMPETER, Joseph Alois. (1942). **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SOUZA, A.R. de. 2006. **Igreja, política e economia solidária: dilemas entre a caridade, a autogestão e a teocracia**. São Paulo, SP. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo.

SOUZA, A.R. de; CUNHA, G.C.; DAKUZAKU, R.Y. (orgs.). 2003. **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária.** São Paulo, Contexto, 320 p. er. 1999.

WELLEN. H. **Para a Crítica da Economia Solidária**. 1ª ed. Outras Expressões, São Paulo, 2012.

SITES

Portal Cirandas. **Página inicial da ANTEAG**. Disponível em: <cirandas.net/anteag>. Acesso em: 12/12/2018.

Portal Vermelho Dia. Paul Singer: **Economia Solidária é o caminho no combate à pobreza**. Disponível em: <www.vermelho.org.br/noticia/211352-1> Acesso em: 26/09/2018.

Portal Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. **Carta de apresentação da Secretária Executiva Bahia**. Disponível em: <rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2015/11/r-1-carta-de-apresenta%C3%A7%C3%A3o-Sec-Exec-Bahia.pdf>. Acesso em: 20/12/2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria, acesso em 31 de outubro de 2018.

Portal Unitrabalho. **Institucional**. Disponível em: <www.unitrabalho.uem.br/sobre-34#1>. Acesso em: 26/09/2019.

Portal Secretária de Governo da Presidência da República. **Economia Solidária**. Disponível em: <www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/economia-solidaria>. Acesso em: 27/12/2019.

Governo do Brasil http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/economia-solidaria-promove-inclusao-social. Acesso em 31 de outubro de 2019.

6-Apêndices

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGEO
GRUPO DE PESQUISA SOBRE TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO RURAL – GEPRU

ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR: OS DESAFIOS DOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS NO MUNICÍPIO DE SALGADO/SE

"Perfil socioeconômico da agricultura familiar das cooperativas de Economia Solidária no município de Salgado/SE"

Entrevistado (a): _____

_____ _____ _____

8. Qual a sua função na cooperativa? _____

9. Há quanto tempo trabalha na cooperativa? _____

10. Sua renda na cooperativa é:

( ) fixa ( ) por produtividade ( ) outra

11. Você participa de algum movimento social? ( ) Sim ( ) Não

Qual? _____

12. Como conheceu a cooperativa?

( ) através de familiares ( ) amigos ( ) outros _____

13. Origem da sua renda?

( ) Só da cooperativa

( ) Renda complementar _____

( ) Programa do governo _____

14. Sua renda mensal é:

( ) menos de 1 salário ( ) 1 salário ( ) mais de 1 salário

15. O que mudou na sua vida depois que você começou a trabalhar na cooperativa?

7-APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGEO
GRUPO DE PESQUISA SOBRE TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO RURAL – GEPRU

"Perfil socioeconômico da agricultura familiar das cooperativas de Economia Solidária no município de Salgado/SE"

PERFIL DA COOPERATIVA

1. Há quanto a trabalham aqui? _____
2. Atividades praticadas na economia solidária:

( ) Artesanato ( ) Produção de alimentos
( ) Agricultura/Produção ( ) Outros
( ) Manifestações culturais

3. Funcionamento (financeiro) da cooperativa:

( ) Renda própria da produção ( ) Apoio do Estado
( ) Parcerias com outras cooperativas ( ) Outros _____

4. Articulação com outros grupos sociais:

( ) Sindicatos _____
( ) Entidades Religiosas _____
( ) Entidades Internacionais _____
( ) Instituições de Ensino _____
( ) Outros _____

5. Questões locacionais:

- Favorece o escoamento: ( ) Sim ( ) Não De forma? _____
- Possuem transporte próprio: ( ) Sim ( ) Não Qual? _____

- Sempre estiveram localizados no mesmo lugar: ( ) Sim ( ) Não Por que _____

- O espaço foi: ( ) comprado ( ) alugado ( ) cedido Por quem _____

6. Sobre as relações de trabalho:

- Qual a origem dos empregados? ( ) comunidade ( ) município ( ) outros

- Cumprem uma carga horária fixa? ( ) meio período ( ) integral ( ) variados

- Existe divisão de tarefas fixas? ( ) Sim ( ) Não

Descreva: _____

- Os funcionários são empregados com CTPS ou contrato? ( ) Sim ( ) Não

- Contribuem para o GPS (Guia de Previdência Social)? ( ) Sim ( ) Não

- O pagamento de salário é de acordo com:

( ) produtividade ( ) renda fixa mensal Qual valor? _____

7. Sobre a comercialização:

- Existem fornecedores fixos? ( ) Sim ( ) Não

Qual a origem deles: _____

- Existem consumidores fixos? ( ) Sim ( ) Não

Qual a origem deles: _____

- Destino da produção? ( ) município ( ) estado ( ) outros _____

- Produzem a matéria-prima? ( ) Sim ( ) Não Qual a origem? _____

- Existem meios de divulgação dos produtos? ( ) Sim ( ) Não

Descreva-os _____

8. Custos e rendimentos:

- Conseguem comercializar toda a produção? ( ) Sim ( ) Não Qual a média? _____

- Notou aumento no preço dos produtos necessários para a produção? ( ) Sim ( ) Não

Em quais produtos? _____

- Há balanços semanais/mensais? ( ) Sim ( ) Não

Como são feitos? _____

- São isentos de despesas mensais? ( ) Sim ( ) Não Quais? _____

9. O Estado (governo) atua com:

( ) Feiras ( ) Incubação

( ) Redes de Comercialização ( ) Seminários/Cursos

( ) Aquisição de equipamentos ( ) Acesso ao crédito

( ) Assistência técnica ( ) PAA ou PNAE

( ) CADSOL ( ) Outros _____

10. Participam das atividades de extensão de ES?

( ) FEES (Fórum Estadual de Economia Solidária)

( ) CÁRITAS (entidade religiosa ligada a CNBB)

( ) ASCOOB (Associação das Cooperativas Bras.)

( ) UNICOOPS (União das Cooperativas Solidária)

( ) Outras_____

11. Sobre as técnicas e tecnologias:

Trabalham com incubadoras? ( ) sim ( ) não Por que: _____

Por que optaram em trabalhar com esses produtos?

( ) demanda regional ( ) opção dos cooperados

( ) mais bem aceito pelos mercados ( ) outros

Utilizam tecnologias sociais? ( ) sim ( ) não Quais? _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGEO
GRUPO DE PESQUISA SOBRE TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO RURAL – GEPRU

"Perfil socioeconômico da agricultura familiar das cooperativas de Economia Solidária no município de Salgado/SE"

Entrevistado (a): _____
Função: _____

Sobre a cooperativa:

1. **Como conheceu o movimento Ecosol?**
2. **Há quanto tempo pratica atividades do Ecosol**?
3. **O que a ES representa no seu empreendimento?**
4. **É possível existir ou continuar o movimento sem política pública? Por que?**
5. **Quais as principais dificuldades relacionadas à sua função?**

6. E a relação com as mulheres? Quando tem algum problema, como é que vocês fazem para resolvê-lo?

7. Quando aparece algum problema relacionado aos equipamentos e repercute na não entrega dos produtos o que vocês fazem para restituir o valor gasto?

8. Como as mulheres cooperadas aprenderam a fabricar os produtos vocês tiveram algum curso, alguma qualificação? por parte de quem? Ou foi algo que vocês já sabiam fazer?

9. Como aconteceu o processo de implantação da cooperativa na comunidade? Sobre a origem da cooperativa:

1. **Como se deu o processo de organização da cooperativa?A cooperativa recebeu algum investimento/crédito**, por parte do Estado, para sua implantação?
2. **O que mudou com a organização da cooperativa desde a sua criação?**
3. **A cooperativa tem apoio da comunidade?**
4. **Quais as principais dificuldades para a implantação da cooperativa? Quem cuida da renda da associação?**

Sobre o funcionamento:

1- Qual o horário de funcionamento da cooperativa?
2- Qual a origem dos funcionários? Por quê?
3- O que vocês produzem? Por quê?
Os produtos possuem algum selo?
4- Como é a relação com os cooperados?
É possível perceber o elemento da Solidariedade?
5- Em que períodos do ano sua produção aumenta? Por quê? Sobre a comercialização:

1. **Como são comercializados os produtos?**
2. **Existem fornecedores fixos? O que vocês comercializam deles**?
3. **Existe rede de cooperação entre as cooperativas locais?**
E o projeto sabor nordestino?

4. **Quais os principais problemas para comercializar os produtos? O que vocês fazem para melhorar?**
   Por que a permanência na cooperativa?